

DÉBORA KOWALSKI

**A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO**

**TOLEDO
2008**

DÉBORA KOWALSKI

**A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

Orientadora: Prof^ª. Ms. Carmem Pardo Salata

**TOLEDO
2008**

DÉBORA KOWALSKI

**A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS
ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Ms. Carmen Pardo Salata
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^ª Ms. Cristiane Carla Konno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^ª Ms. Rosana Mirales
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 13 de novembro de 2008.

*Dedico este trabalho a meu esposo
Luís pelo amor, dedicação e
companheirismo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a quem devo a graça de ter podido cursar esta faculdade depois de tantos anos afastada das salas de aula, e por ter me sustentado em todos os momentos de dificuldade os quais passei no decorrer destes quatro anos. Portanto, a Ele toda glória!

Aos meus filhos, Luiz Eduardo e Lucas que fazem todo o meu esforço valer a pena. Amo vocês!

Ao meu esposo que sempre me apoiou e incentivou a continuar, facilitando de várias maneiras a minha vida de dona de casa, mãe, esposa e universitária.

A minha mãe que com seu carinho e atenção sempre ouviu minhas queixas e desabafos não só nestes quatro anos, mas por toda a minha vida. Muito obrigada!

As minhas queridas amigas de Curso, Julia, Kauana, Márcia e Mayara, Com certeza a nossa amizade foi muito importante para ultrapassarmos as barreiras que foram surgindo no decorrer destes quatro anos. Vocês são especiais! Espero que sejamos amigas por toda a vida.

A todos os meus colegas de Curso que de uma maneira ou outra contribuíram com um pouquinho da minha formação.

A todas as meninas do Projeto de Extensão “Comunidade Atuante”: Isabel, Lucilene, Manuéli, Sabrina e Vivian.

Aos profissionais que passaram pelo Projeto “Comunidade Atuante” Aparecido e Raquel e aos que permanecem Clarice e Vantuir. Sucesso para vocês!

Às minhas amigas Pati e Zeti, pela amizade sincera, pelo incentivo, pela disponibilidade em ouvir e de alguma forma colaborar comigo. Vocês são amigas muito especiais para mim.

A minha amiga Marilda pela colaboração e incentivo. Você sabe do que estou falando. Obrigada!

A todos os Docentes do curso de Serviço Social, pois todos indiscriminadamente contribuíram com minha formação. Vocês estarão sempre em minhas lembranças.

À minha orientadora, professora Carmem Pardo Salata que, com seu amplo conhecimento dedicou-se em contribuir com o meu Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada também pelo privilégio que me concedeu de ter podido participar do Projeto “Comunidade Atuante” que foi muito especial para mim.

À minha supervisora de campo, assistente social Renate, que nestes dois anos de Estágio Supervisionado dividiu comigo um pouco do seu saber. Obrigada por tudo.

A todos os funcionários, professores, alunos e diretor do Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda. Estes dois anos com vocês foram de muito aprendizado!

“[...] o trabalho educativo é essencialmente político – e é o político que é transformador”.

Moacir Gadotti

KOWALSKI Débora Lúcia. **A Dimensão Sócio-educativa da Prática Profissional dos Assistentes Sociais do Município de Toledo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, 2008.

RESUMO

O presente trabalho monográfico trata da dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais e tem como objetivo específico, analisar como vem se desenvolvendo a dimensão sócio-educativa na prática profissional dos assistentes sociais do município de Toledo, nos diferentes espaços em que estes estão inseridos. O interesse pelo tema surgiu no decorrer do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, realizado no período 2007/2008. Durante o estágio observou-se que o Serviço Social naquele espaço desenvolve ações junto à população usuária que lhes possibilita a inclusão em programas e projetos que vão além da criação de condições para a sobrevivência material, inferindo diretamente nos conceitos de tal população à medida que transmite-lhes informações a respeito de saúde, relacionamento familiar, direitos sociais e outros variados temas. Entretanto, a presente pesquisa não se limitou ao campo de Estágio, mas procurou trazer a análise de quatro diferentes campos os quais o assistente social atua. Têm-se como problema desta pesquisa, conhecer como a dimensão sócio-educativa se expressa no exercício profissional dos assistentes sociais do município de Toledo? A operacionalização da pesquisa é de abordagem qualitativa, utilizando-se do método dialético, com o uso da técnica do questionário. Os sujeitos da pesquisa são quatro assistentes sociais de diferentes áreas de atuação, as quais na compreensão da pesquisadora são representativas da maior demanda de contratação destes profissionais. Sendo assim, o primeiro capítulo apresenta uma fundamentação da gênese da profissão bem como procura dimensionar o papel que o Estado Burguês teve na institucionalização da mesma. O segundo capítulo, referendado em Abreu (2002) traz uma análise dos diferentes perfis pedagógicos pelos quais a prática profissional do assistente social perpassou em diferentes períodos da história. Finalmente, o terceiro capítulo apresenta as análises da pesquisa de campo.

Palavras-chave: Prática Profissional, Assistente Social, Sócio-educativa.

TABELAS

TABELA 1 – Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| APMI | Associação de Proteção à Maternidade e a Infância |
| BPC | Benefício de Prestação Continuada |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPCs | Centros Populares de Cultura |
| DC | Desenvolvimento de Comunidade |
| FASUL | Faculdade Sul Brasil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social |
| LBA | Legião Brasileira de Assistência |
| MCP | Movimento de Cultura Popular |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MST | Movimento Social dos Sem Terra |
| OASE | Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica |
| SAS | Secretaria de Assistência Social |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SENAI | Serviço Nacional da Indústria |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UNIOESTE | Universidade Estadual do Oeste do Paraná |

UNIPAR

Universidade Paranaense

UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 7 |
| TABELAS | 8 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 9 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 ESTADO BURGUES E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO CONSTITUTIVA E HISTÓRICA | 14 |
| 1.10 ESTADO BURGUES EA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL | 14 |
| 1.1.10 Estado Brasileiro e a Institucionalização do Serviço Social | 19 |
| 1.2 SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO COMPLEXO IDEOLÓGICO..... | 23 |
| 2 ADIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: UM OLHAR RETROSPECTIVO | 27 |
| 2.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS PRATICAS SÓCIO-EDUCATIVAS | 27 |
| 2.2 OS DIFERENTES PERFIS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA SÓCIO-EDUCATIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS..... | 29 |
| 2.2.1 A Pedagogia da Ajuda..... | 30 |
| 2.2.2 A Pedagogia da Participação..... | 32 |
| 2.2.3 A Pedagogia da emancipação das Classes Trabalhadoras | 36 |
| 3 A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO EM 2008..... | 42 |
| 3.1 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO..... | 42 |
| 3.1.1 A Assistência Social no Município de Toledo..... | 43 |
| 3.1.2 Toledo Na Atualidade..... | 44 |
| 3.3 METODOLOGIA DE PESQUISA | 46 |
| 3.4 O PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA | 48 |
| 3.5 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ASSITENTES SOCIAIS NOS SEUS ESPAÇOS OCUPACIONAIS..... | 49 |
| 3.5.1 Avaliação dos sujeitos da pesquisa quanto aos resultados alcançados a partir de suas ações..... | 53 |
| 3.5.2 A compreensão de autonomia profissional dos sujeitos da pesquisa..... | 55 |
| 3.5.3 A concepção dos sujeitos da pesquisa a respeito da dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais | 57 |
| 3.5.4 Limites e possibilidades do exercício da prática sócio-educativa comprometida com os usuários | 58 |
| 3.5.5 As praticas sócio-educativas e a emancipação dos usuários | 60 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 62 |
| REFERENCIAS | 65 |
| APÊNDICE | 68 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) procura trazer uma análise mais detalhada sobre as ações sócio-educativas que os assistentes sociais desenvolvem em seu exercício profissional.

O interesse pelo tema *a dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais do município de Toledo em 2008*, surgiu durante o estágio supervisionado em Serviço Social no Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda nos anos de 2007/2008. A referida instituição é uma entidade não governamental, de natureza confessional, que atende crianças de 0 a 6 anos na educação infantil e de 6 a 16 anos em regime de contra turno escolar. Sendo assim, a instituição trabalha pautada nas políticas da Assistência Social e da Educação, contando com uma equipe de profissionais, dentre eles pedagogo e assistente social.

O amadurecimento a respeito do tema se deu a partir da observação de que o Serviço Social neste espaço desenvolve ações junto à população usuária que lhes possibilita a inclusão em programas e projetos que vão além da criação de condições para a sobrevivência material, inferindo diretamente nos conceitos de tal população, à medida que transmite-lhes informações a respeito de saúde, educação, relacionamento familiar, direitos sociais e outros temas variados.

O contato com algumas bibliografias no âmbito do Serviço Social que de certa forma discutem o tema ora proposto veio contribuir para a percepção de que a dimensão sócio-educativa está presente na prática profissional do assistente social não importando o espaço profissional que este, esteja inserido. Sendo assim, é relevante a posição de Yazbeck (2000), quando argumenta que, o Serviço Social inserido desde a sua emergência, no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes seja no âmbito governamental ou não, participa “[...] tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação *sócio-educativa* tencionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta [...]” (YAZBECK, 2000, p. 95).

Sendo assim, a presente pesquisa não se limitou apenas ao espaço do estágio, mas procurou trazer uma análise de (4) quatro diferentes áreas de atuação do assistente social no município de Toledo que serão delimitados no terceiro capítulo no item *metodologia de pesquisa*. Para tanto, o problema levantado para tal pesquisa foi: como a dimensão sócio-educativa se

expressa no exercício profissional dos assistentes sociais do município de Toledo? As questões que nortearam a pesquisa foram: os assistentes sociais do município de Toledo compreendem que na prática profissional do assistente social existe uma dimensão sócio-educativa? Qual perfil pedagógico é evidenciado na concepção de prática sócio-educativa dos assistentes sociais do município de Toledo?

A partir daí, delimitou-se como objetivo específico desta pesquisa: compreender como a dimensão sócio-educativa se expressa na prática profissional dos assistentes sociais, do município de Toledo, nos diferentes espaços em que os mesmos estão inseridos.

Com o intento acima exposto, têm-se a compreensão de que realizar a pesquisa proposta, não seria possível sem antes trilhar o caminho histórico e constitutivo da gênese do Serviço Social. Sendo assim, o primeiro capítulo deste trabalho dedica-se a dimensionar o papel que o Estado burguês teve na institucionalização do Serviço Social e de como este interferiu na ideologia que permeou a profissão nos seus primórdios. Para tais esclarecimentos utilizou-se bibliografia de autores tradicionais no Serviço social como, Yamamoto, Martinelli, Netto, Yazbeck e outros.

O segundo capítulo deste trabalho utiliza-se de maneira bastante ampla das análises da Tese de Doutorado de Abreu (2002), que elabora de forma mais abrangente, três diferentes perfis pedagógicos que de acordo com a autora permearam a prática educativa dos assistentes sociais nos diferentes períodos os quais a profissão esteve e está inserida desde a sua institucionalização.

Finalmente, o terceiro e último capítulo, ocupa-se em apresentar a análise da *pesquisa: a dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais no município de Toledo em 2008*. Para tanto, realiza um breve histórico do município de Toledo apresentando em seguida a metodologia utilizada para concretizar a análise dos dados empíricos da pesquisa e conclui, apresentando a compreensão dos dados coletados com os sujeitos da Pesquisa.

1 ESTADO BURGUEÊS E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO CONSTITUTIVA E HISTÓRICA

Sendo o Estado burguês apontado por vários teóricos e estudiosos do Serviço Social como o principal protagonista que lançou as bases fundamentais para a institucionalização da profissão, entende-se que dimensionar o papel do mesmo, contribuirá para a compreensão da ideologia que permeou a prática dos assistentes sociais nos diferentes contextos políticos e sociais os quais a profissão esteve e está inserida.

1.1 O ESTADO BURGUEÊS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

A partir de sua constituição, que remonta a Grécia antiga no Século V antes de Cristo, o Estado se organizou e vem se organizando de diferentes maneiras em diferentes períodos da história da humanidade, como por exemplo: **Monarquia** (Rei, Soberano), **Aristocracia** (Um grupo de “bons indivíduos” dotados de capacidade intelectual representam os interesses da comunidade), **Tirania** (Monopólio corporativo do poder) e **Democracia** (O poder é exercido mediante o consenso do povo).¹

A partir do final do século XV, se constituiu o Estado Nacional que, com o objetivo de unificar territórios e construir valores comuns, redefine a estrutura de exercício de poder, centralizando-o em uma única fonte. Como ideologia, prega a liberdade de autodesenvolvimento do indivíduo, merecendo este, prioridade na sua proteção. O Estado Nacional vai propiciar uma nova forma de organização social, ou seja, a sociedade de classes, burgueses e proletários e a partir daí, esta instituição passa a ter a função de regular as relações entre capital e trabalho.²

A história registra que o Continente Europeu nos séculos XVII e XVIII sofre profundas transformações sociais e políticas, tendo como marco, a Revolução Burguesa na França em 1789 que sob os ideais de “liberdade igualdade e fraternidade” conquista seu espaço político na sociedade e proporciona a expansão do modo de produção capitalista³. Tal expansão,

¹ Conteúdo estudado na disciplina de Política Social I no ano de 2006, no curso de Serviço Social, na Unioeste – Campus Toledo.

² Conteúdo estudado na disciplina de Política Social I no ano de 2006, no curso de Serviço Social, na Unioeste – Campus Toledo.

³ O modo de produção o capitalista é, “[...] marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção do capital [...] marcadas fundamentalmente pela compra e venda da força de

que foi acelerada pela Revolução Industrial⁴, ocorreu no século XVIII na Inglaterra e traz consigo o aprofundamento das desigualdades sociais colocando de forma visível as diferentes expressões da “questão social”⁵ uma vez que a exploração capitalista sobre a classe trabalhadora é ampliada.

Netto (2001), referindo-se a este contexto histórico sobre o modo de produção capitalista, afirma que pela primeira vez na história registrada, à medida que aumentava a capacidade social de produzir riquezas, crescia também a pobreza, tornando-se claro para os observadores da época, independente de sua posição ídeo-política, que tratava-se de um novo fenômeno. Fenômeno este, que sob a análise marxiana⁶ fundada no caráter explorador do regime do capital, de acordo com o autor, permite distinguir a “questão social” das expressões sociais que derivaram da escassez nas demais sociedades que precederam à sociedade burguesa. Apesar de a exploração não ser uma marca exclusiva do regime capitalista, o que o diferencia dos outros, é à maneira de efetivação da exploração, pois esta é marcada por contradições e antagonismos, ou seja,

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001, p. 46).

trabalho [...] que traz como exigências implícitas a existência de meios de produção sob a forma de mercadorias e o trabalho livre assalariado”. Conceito marxista de capitalismo exposto por (MARTINELLI, 1997 p. 29).

⁴ “A Revolução Industrial foi um período que se estendeu de fins do século XVIII a princípios do século XIX. Ela transformou grande parte da Europa e dos Estados Unidos ao substituir sociedades de base essencialmente agrícolas pelas sociedades industriais, que se baseiam no uso de máquinas e fontes de energia não animais para produzir bens acabados [...]” (JOHNSON, 1997, p. 200).

⁵ A concepção de “questão social” aqui utilizada é a de Cerqueira Filho (apud NETTO, 1992, p 13) que a compreende como sendo, “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”. O uso de aspas na expressão “questão social”, diz respeito a sua origem, ser “[...] a designação que o conservantismo do século XIX deu às manifestações das lutas de classes. A expressão por si só não é inocente [...]” (Netto 2003, p. 24).

⁶Marxiana - refere-se às formulações teóricas de Marx, teórico alemão que viveu no século XIX e que desenvolveu teorias a respeito do modo de produção capitalista já explicitados na nota de rodapé nº. 2 (anotações feitas em sala de aula na disciplina de FHTMSS III, em 2007, no 3º ano, no curso de Serviço Social, na Unioeste – Campus Toledo).

Para Netto (1992), o Estado, pressionado pela burguesia ascendente sempre interveio no processo econômico capitalista a seu serviço, entretanto, ressalta que sob os moldes do capitalismo monopolista⁷, o Estado é solicitado a intervir de forma mais direta, imbricando as suas funções políticas com suas funções econômicas. .

A “Questão Social” esclarece Netto (1992), era objeto da ação do Estado já no Capitalismo concorrencial⁸ permeado pelo liberalismo⁹ na medida em que motivava um auge de mobilização da classe trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou colocava em risco o fornecimento da força de trabalho para o capital. Porém, no capitalismo monopolista, tanto pelas características do novo ordenamento econômico, quanto pela consolidação política do movimento operário, a “questão social” se internaliza na ordem econômica-política do Estado.

Gomes (1979) *apud* Potyara (2003), esclarece que até o século XIX, ou seja, até o processo de avanço industrial, a pobreza não era considerada como “problema” para a sociedade, portanto não merecia nenhuma atenção ou consideração política que visasse seu enfrentamento. Esta situação só começou a mudar, com a expansão do pauperismo e o aumento das reivindicações da classe trabalhadora que se seguiu à moderna Revolução Industrial e exigiu tanto da burguesia, quanto das autoridades públicas, reconsiderações inéditas a respeito do trabalho e da propriedade privada. Portanto, é possível compreender a partir destas concepções, que, não se pode reduzir o entendimento acerca da “questão social”, apenas como resultante da pobreza, mas sim que esta, agravada pelo processo de industrialização e por constantes pressões de sujeitos sociais os quais, ameaçavam a coesão do sistema, leva a constituição da “questão social”.

Dentro destas concepções a respeito das funções do Estado burguês como garantidor da propriedade privada, tornam-se interessantes as análises de Correia (2004), realizadas a partir da perspectiva marxiana de Estado afirmando que este autor, o concebe [...] como uma esfera que

⁷ De acordo com Bottomore (1983, p. 55), o Capitalismo monopolista “[...] È a fase mais recente do capitalismo, caracterizada pela ascensão do Estado como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação do capital [...]”.

⁸ - Capitalismo onde “[...] preponderam às leis de mercado, e o Estado não interfere nas relações econômicas [...]” (VIEIRA, 1992, p. 16).

⁹ O liberalismo que se desenvolveu no século XVIII, tinha em John Locke, inglês do século XVII, seu principal teórico. A base desta teoria, era a defesa da propriedade privada, a liberdade de comércio e a igualdade perante a lei. “[...] O pensamento liberal, teoria das revoluções burguesas com prestígio e representantes em muitos países – sobretudo na Inglaterra, França e nos Estados Unidos - erige como um dos seus pilares a expressão “laissez faire, laissez passer, le monde va de lui mène” (“ deixai fazer, deixai passar, o mundo caminha por si mesmo”), principalmente na segunda metade do século XVIII. O “laissez faire” exige o retraimento do Estado, sua ação por meio de ausência em determinados espaços e não em todos os espaços [...]” (VIEIRA, 1992, p. 77).

deriva da sociedade civil¹⁰ necessária para administrar os conflitos estruturais á reprodução das relações de produção [...] (CORREIA, 2004, p. 161). Nesta perspectiva, entende-se que o Estado será sempre solicitado para intervir como administrador dos conflitos que advém das relações sociais da sociedade civil - exercendo o papel de controlador do metabolismo social, a fim de manter a hegemonia da classe economicamente dominante - garantindo a aceitação por parte dos membros da sociedade da ordem do capital, bem como da sua reprodução. Sendo assim, torna-se compreensível que o Estado burguês desde sua constituição, tenha procurado dar respostas as demandas da “questão social”, à medida que esta ameaçava a ordem social estabelecida pelo capital.

Estas intervenções por parte do Estado burguês no capitalismo monopolista se dão dentre outras formas, através da Política Social¹¹, implementadas por meio de medidas legais, que progressivamente vão interferindo na organização da economia capitalista. Cabe destacar que a política social é uma estratégia que se utiliza do consenso e não da força para conter os movimentos sociais contrários à ordem vigente, portanto, não pode ser considerada apenas como resposta as pressões exercidas pela classe trabalhadora, mas também como uma forma de repressão¹². Com relação a estas considerações, destaca-se que neste contexto de implementação das políticas sociais é que,

[...] se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. [...]. O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social e técnica do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais [...] (NETTO, 1992, p. 69-70).

Também, referindo-se as mediações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado no enfrentamento da “questão social”, Dias (1996) *apud* Abreu (2002), afirma que historicamente

¹⁰ “Em Marx, a sociedade civil é entendida como estrutura, expressão da configuração das relações sociais que emergem das relações de produção” (CORREIA, 2004, p. 160).

¹¹- Política social é aqui compreendida como “[...] estratégia governamental de intervenção nas relações sociais [...]” Vieira; (1992 p 19). “[...] A funcionalidade das políticas sociais é variante da luta de classes [...] decorrem fundamentalmente da capacidade de organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores [...]” (NETTO, 1992, p. 29).

¹² Conteúdo apreendido na disciplina de Política Social II, no ano de 2007, no curso de Serviço Social, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste.

o Estado burguês constitui a base legal-institucional necessária à implementação do monopólio capitalista, e para tal, como forma de legitimar-se no conjunto da sociedade, faz concessões à classe trabalhadora. Entre estas mediações sobressaem-se as configuradas pela ação social assistencial e filantrópica, desenvolvida pelo Estado e por instituições, tanto laicas, quanto religiosas.

De acordo com Martinelli (1997), a sociedade burguesa constituída, passa a se responsabilizar pela racionalização e normatização da assistência, surgindo assim, “[...] no cenário histórico os primeiros assistentes sociais, como agentes executores da prática da assistência social, atividade que se profissionalizou sob a denominação de “Serviço Social” [...]” (MARTINELLI, 1997, p. 66). A profissionalização do Assistente Social tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, de acordo com a autora, ocorre no período que compreende a fase final do século XIX e as três primeiras décadas do XX, quando são criadas as primeiras escolas de formação profissional para a atuação na área da assistência social e da filantropia. Estas escolas, uma em Nova York (Escola de Filantropia Aplicada) e outra em Amsterdã em 1899, são mediatizadas e impulsionadas pelas Sociedades de Organização da Caridade européias e americanas, tendo como ideologia, a doutrina social da igreja católica. Assim, percebe-se que o Serviço Social como profissão, tem a marca profunda do capitalismo, nascendo articulado com o projeto de hegemonia do poder burguês, revelando-se por sua trajetória como sendo uma prática humanitária sancionada pelo Estado e sob a proteção da igreja. Assim,

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 1997, p. 67)

A Profissão Serviço Social somente pode consolidar-se e expandir-se, com a criação de novas formas organizacionais na produção e no trabalho, podendo-se destacar a introdução dos moldes fordistas/tayloristas¹³ aprofundados e expandidos mundialmente após a II Guerra

¹³ Fordismo: método de produção em massa através da mudança técnica com a introdução da linha de montagem e da eletricidade, seu idealizador foi Henry Ford. Taylorismo: “[...] os princípios Tayloristas preconizavam um estrondoso aumento de produtividade do trabalho em movimentos rigorosamente estudados, tendo em vista o controle do tempo,

Mundial nas linhas de montagem fabris. Abreu (2002), destaca que neste contexto, a intervenção estatal se constitui indispensável para a legitimação deste tipo de produção, que exige um novo tipo de homem, com qualidades morais e intelectuais adaptadas à nova organização do processo produtivo. Na perspectiva da autora, o Estado é produto e condição de existência do capitalismo e o seu movimento se dá de acordo com enfrentamentos das classes, ocultando a exploração e opressão, se contrapondo à expressão e as formas de resistência das classes exploradas. Com relação à amplitude dos princípios tayloristas aliados às técnicas fordistas de produção, a autora reforça que estes, mais do que um conjunto de técnicas organizacionais das relações de trabalho, constitui-se em uma consistente forma de expansão de novos padrões de comportamento, tanto individuais quanto coletivos. Esta concepção fica clara na fala do próprio Taylor sobre a amplitude dos princípios tayloristas de administração científica, quando diz,

[...] Esperamos ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, podem ser aplicados a qualquer atividade social: na direção de nossos lares, na gerência de nossas fazendas, na administração de nossas casas comerciais, grandes e pequenas, na administração de igrejas, de institutos filantrópicos, de universidades e de serviços públicos. (TAYLOR 1985 *Apud* ABREU, 2002, p. 61).

É então, na difusão deste novo padrão produtivo, que destaca-se o papel do assistente social, o qual é cooptado pela burguesia industrial para exercer uma função intelectual de disciplinamento e ajustamento junto a classe trabalhadora no interior das fábricas, respondendo neste momento exclusivamente aos interesses do capital.

1.1.1 O Estado brasileiro e a institucionalização do Serviço Social

De acordo com Fernandes (1987) *apud* Behring; Boschetti (2006), as condições para a gestação do capitalismo na sociedade brasileira se dão a partir da criação do Estado Nacional advindo com a Independência do país em 1822. Destacam as autoras, que com a independência do país, o poder passa a ser organizado a partir de si mesmo e não de fora para dentro, criando as condições necessárias para o “florescimento do espírito burguês”.

e um conjunto de estratégias de gestão, monitorando o fluxo de informações e da autoridade [...]” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 86-87).

A proclamação da República em 1889 torna-se o marco para a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, pois já estando o mesmo, adequado aos moldes de organização social dos países industrializados com a abolição da escravatura em 1888, o próximo passo era industrializar-se. O Brasil republicano coloca como pauta, a democracia, o respeito à “liberdade” individual, e o reconhecimento como cidadãos de direitos de um contingente maior de indivíduos excluídos¹⁴.

Tendo como modelo os países europeus, lentamente o Brasil começa a sair da atividade agrária e adentrar no Modo de Produção Capitalista, instalando suas fábricas onde naquele período era o centro do poder político, ou seja, no Rio de Janeiro e São Paulo. A mão de obra para o trabalho fabril em grande parte vinha da Europa, entretanto, a indústria não conseguia absorver toda a demanda de trabalhadores, por isso, o espaço urbano começava a ficar com alto índice de concentração humana. Sendo assim, a população começa a ocupar as periferias das fábricas, mas isso ocorre de forma desordenada, sem planejamento e sem infra-estrutura. Este processo acelera não só o crescimento do país, como também as desigualdades e os conflitos sociais, e a exemplo do que acontecia nos demais países industrializados, a “questão social” no Brasil também estava posta.¹⁵

Somente a partir da primeira década do século XX, que todas as questões relacionadas à expansão da pobreza, fruto da industrialização, vão tomar forma na sociedade brasileira através do processo revolucionário do operariado. Segundo Iamamoto; Carvalho (2005), as condições de trabalho e de existência do proletariado industrial brasileiro, principalmente a partir do início do século, mostra a voracidade do capital por trabalho excedente. Afirmam os autores, que historiadores e sociólogos os quais estudaram a situação do proletariado nesse período, foram unânimes em afirmar que esta parcela da população urbana vivia em condições angustiantes. Sendo assim,

As duas primeiras décadas – e com muito menor intensidade a década de 1920 – serão marcadas pela ocorrência intermitente de greves e manifestações operárias, as quais tomarão grande amplitude nas conjunturas pré e pós-Primeira Guerra Mundial. No período que se estende de 1917 a 1920, a densidade e

¹⁴ Os indivíduos excluídos da hierarquia social naquele contexto histórico eram os índios, os negros, mestiços e trabalhadores de diferentes espaços da produção (Conteúdo visto na disciplina de Questão Social II, no 3º ano, no curso de Serviço Social, na Unioeste – Campus Toledo em 2007).

¹⁵ Conteúdo visto na disciplina de Questão Social II, no 3º ano, no curso de Serviço Social em 2007, na Unioeste – Campus Toledo.

combatividade das manifestações de inconformismo marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005; p 131).

Destaca-se que é neste contexto histórico que o Serviço Social se gesta no Brasil de acordo com Martinelli (1997), porém, sua institucionalização se processa a partir da década de 1930 pela via do Estado, do empresariado e da Igreja Católica, em uma perspectiva de enfrentar e regular a “questão social”. A autora destaca que a repressão policial, típica da 1ª república, com a qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já se apresentava ineficaz, exigindo desta, uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional, o que resultou no golpe político militar em 1937, aonde se instaurou o denominado “Estado Novo”¹⁶. O Estado que desponta a partir de então, se apresenta como um ente mitológico, acima das classes, considerando-se um legítimo defensor de seus interesses e atribuindo a si mesmo a missão de resgatar o clima de “harmonia social” já desgastado pelas crescentes lutas da classe trabalhadora em prol de melhores condições de trabalho. De forma estratégica, este Estado traz para si a responsabilidade de dar suporte à reprodução da força de trabalho, e para tanto, não mede esforços, inclusive reveste-se de uma aparência de protetor dos pobres, mas que na realidade subordina a classe trabalhadora aos mandos do capital.

É pela via do projeto populista¹⁷ durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, que o Estado, como forma de legitimar seu poder, amplia as bases de negociação com a classe trabalhadora incorporando parte das suas reivindicações e isso acontece através da implementação de leis trabalhistas sociais e sindicais. Ressalta-se, porém, que estas concessões por parte do Estado, tinham como objetivo, a desorganização do movimento operário, pois, ao incorporar por intermédio das políticas assistenciais as reivindicações da classe operária, desloca as contradições que se dão no nível das relações de produção, para o nível das instituições do próprio aparelho do Estado. Desta forma, [...] Através dessa mistificação do capitalismo, o Estado e a classe dominante procuravam naturalizar sua política controlista e repressiva, situando-a

¹⁶ De acordo com Costa (1983), o Estado Novo é o nome que se deu ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945. Este período ficou marcado, no campo político, por um governo ditatorial.

¹⁷ Bobbio; Matteucci; Pasquino (2000, p. 980-981) definem o populismo como “[...] fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Ainda segundo os autores, as formas de governo populistas excluem a luta de classes, pois apresentam-se como “conciliadores”.

como um instrumento indispensável para garantir a ordem social [...] (MARTINELLI, 1997, p. 124).

Dentre os dispositivos criados pelo Estado a fim de subordinar a classe trabalhadora aos interesses do capital, conforme Iamamoto e Carvalho (2005), podem-se citar as grandes instituições estatais criadas a partir de 1942 para atender a demanda do capital por mão de obra especializada. Destaca-se, o Serviço Nacional da Indústria (SENAI - 1942) que nasce junto com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Social da Indústria (SESI-1946), dentre outras instituições. Estas visavam tanto adequar à força de trabalho as necessidades industriais, como garantir o mínimo de assistência aos trabalhadores, para dar continuidade ao ciclo capitalista. A criação destas estatais, juntamente com a implementação de políticas sociais, abre para o assistente social um novo mercado de trabalho que amplia sua intervenção para além dos trabalhos de ação social de âmbito privado patrocinadas pela igreja católica¹⁸. Cabe destacar, que esta função reguladora do Estado na esfera social, é reproduzida nas ações profissionais do assistente social que neste primeiro momento, terá um importante destaque como reprodutor ideológico do modo de vida burguês, cabendo a este profissional o papel de *educador* moral e social dos trabalhadores, em uma clara demonstração de adesão ao capitalismo, que será visto por estes profissionais, apenas como desenvolvimento necessário da sociedade para alcançar o progresso.

Entretanto, este deslocamento do assistente social para os aparatos estatais, de acordo com Netto (1992), não rompe necessariamente com o referencial teórico que deu a profissão um caráter de caridade, mas a relação de assalariamento dará um novo significado social de seu fazer, estabelecendo-se aí um divisor entre o trabalho profissional e a atividade assistencial voluntária, assumindo assim, a função de mediador destes serviços sociais, previstos e regulados pela política social do Estado.

Com base nestas concepções, é possível afirmar, que as determinações políticas econômicas e sociais as quais o Serviço Social está inserido no contexto de sua institucionalização, determinarão neste momento a sua identidade de acordo com o projeto

¹⁸ Conforme Setúbal (1983), em sua fase embrionária no Brasil, o Serviço Social é um prolongamento da Ação Social da Igreja Católica que como forma de reconquistar os vários setores da sociedade civil e a sua hegemonia perdidos na década de 1920 com a laicização do Estado, se volta para o campo social e cria movimentos como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A fim de atender alguns dos objetivos do CEAS, como dar uma orientação mais segura e técnica sobre os problemas sociais brasileiros, é que foi criada em 1936, na cidade de São Paulo, a primeira Escola de Serviço Social.

societário da classe burguesa, sendo seu instrumento na criação de condições de reprodução da força de trabalho através de seu caráter de reprodutor ideológico. Quanto a isto, entende-se como de grande contribuição aos objetivos deste trabalho trazer as análises de Costa (2000), que situa o Serviço Social enquanto um complexo ideológico e de Lessa (1999), que aborda a reprodução material e social, e isto será apresentado no próximo item.

1.2 O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO COMPLEXO IDEOLÓGICO

Costa (2000), referendada em Lukács, entende que o trabalho¹⁹ é a categoria central do mundo dos homens, porém, reconhece que o mesmo funda um complexo de outros complexos e práxis²⁰ sociais que se desdobram através de muitas mediações e das novas necessidades e possibilidades que ele gera. Sendo assim, compreende que outras práxis de igual importância desdobram-se a partir do trabalho, no interior da rede de mediações que constitui o processo de reprodução social. Desta forma, a autora afirma que Lukács distingue entre o trabalho e as posições teleológicas²¹ por ele fundadas, denominando o mesmo de “posição teleológica primária”²² e as outras, de “posições teleológicas secundárias”²³.

¹⁹Costa (2000), afirma que Lukács tem em Marx a referência para conceituar o trabalho, como categoria fundante ou ontológica de toda atividade humana, decisiva na criação do ser social. Ele entende que pelo trabalho o homem transforma a natureza e a submete às suas necessidades de reprodução material e que ao dar origem a novos objetos materiais produz a si mesmo como ente humano. Portanto, partindo desta concepção de trabalho, Costa (2000), assim como outros autores do Serviço social, conclui que o Serviço Social não é trabalho, pois assim como outras atividades e práxis sociais, o Serviço Social não produz e não transforma a natureza.

²⁰Entende-se por práxis, a atividade humana pensada, refletida, intencionada, com propósito. Conteúdo apreendido na disciplina de Práxis I, no 3º ano, no curso de Serviço Social, em 2007, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste.

²¹A teleologia é compreendida por Marx como sendo, a capacidade exclusivamente humana de por finalidade em tudo o que faz, ou seja, é um ato de consciência, onde o homem dirige sua ação e define os meios mais adequados para realizá-la. Conteúdo apreendido na disciplina de processo de Trabalho I no 1º ano, no curso de Serviço Social, em 2005, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste.

²² “[...] Nas posições primárias, não existe qualquer relação de convencimento entre o sujeito e o objeto, no ato de transformar barro em tijolo não há qualquer possibilidade de que a relação entre o indivíduo que trabalha e o barro seja mediada pelo ato de convencer o barro a agir para tornar-se tijolo; a relação é estabelecida em termos de o sujeito apoderar-se das potencialidades naturais do objeto, este por sua vez permanece completamente indiferente às intenções do sujeito [...]” (COSTA, 2000, p. 104-105).

²³ “[...] Nas posições secundárias, a ação entre os homens é mediada mais ou menos intensamente e ainda que em termos muito gerais e abstratos, por atos de convencimento de indivíduos para que outros ajam conforme o desejado. Neste sentido as posições do tipo secundário são muito mais fortemente determinadas pela ideologia do que o trabalho enquanto ação sobre a objetividade material” (COSTA, 2000, p.105).

Por isso, com o desenvolvimento social criam-se certos complexos parciais, formados por posições teleológicas secundárias, que só muito mediadamente se destinam à troca orgânica com a natureza. Sua finalidade precípua, em termos gerais e abstratos, é agir sobre a consciência dos homens, consciência entendida no sentido concreto, como aquela que regula as ações práticas do indivíduo na vida cotidiana. Essas posições dirigem-se para outros fins que não se conectam diretamente à produção material. Entretanto, cumprem um importante papel, tanto na reprodução e manutenção da esfera econômica, como na reprodução da sociedade como um todo. São aquelas posições nas quais o sujeito age sobre a consciência dos indivíduos, tendo em vista processos sociais referente ao homem e suas relações [...] (COSTA, 2000, p. 103-104).

Apoiada no pensamento lukáciano, Costa (2000), afirma que as posições teleológicas secundárias se constituem no campo ontológico no interior do qual surge e se desenvolve o complexo ideológico no contexto de totalidade social e que sua essência, consiste em sua função nos conflitos humano-sociais. “[...] Isto faz com que a ideologia seja, acima de tudo, aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa” (COSTA, 2000, p. 106).

É a partir deste conceito de ideologia, que a autora constrói uma reflexão que define o Serviço Social enquanto complexo ideológico, compreendendo a profissão, assim como outros atos humanos distintos do trabalho, como posição teleológica secundária. Para tal argumentação, Costa (2000) defende que, em momentos de crise econômico-social de determinadas formações sociais, como repostas necessárias à mediação dos conflitos de interesse entre os homens, surgem formas ideológicas de pensamento, tomando uma significativa dimensão como conflitos de classe. Estas análises feitas pela autora a respeito da ideologia, são também discutidas por Lessa (1999), ainda que de forma um pouco distinta, quando aborda o “processo de produção e reprodução social”. O autor compreende que sendo o trabalho o complexo através do qual a sociedade se reproduz materialmente, torna-se também uma relação de poder entre os homens, principalmente em uma sociedade de classes onde existem os que exploram e os que são explorados. Como consequência disso, surgem complexos sociais que de certa forma serão os portadores práticos desse poder de alguns indivíduos sobre outros.

Partindo desse entendimento, Lessa (1999), afirma que complexos como o Estado, a política, o Direito entre outros, constituem-se como importantes aparatos para possibilitar a reprodução social. Na esfera da reprodução social o autor assinala que surgem novas necessidades e possibilidades geradas a partir do trabalho e que dão origem a novas relações

sociais organizadas sob a forma de complexos sociais. É nesta esfera, que o autor situa a ideologia com suas formas específicas de difusão, como, a filosofia, a arte, a religião, a política e outros.

O objetivo específico do trabalho, sempre será o de transformar a realidade material, já nos complexos sociais que se desenvolvem a partir dele, o objetivo conforme compreende Lessa (1999), é o de promover certa organização das relações sociais. A partir destas considerações novamente retoma-se as observações de Costa (2000), que situa o Serviço Social enquanto um complexo ideológico de posição teleológica secundária, especialmente por ser esta uma profissão que tem como objeto de seu fazer as mais variadas expressões da “questão social”. Sendo este um campo de ação típico das relações sociais, a autora afirma,

Os complexos ideológicos podem apresentar-se na forma de atividades profissionais, de serviços, de idéias, de teorias sociais, de práticas políticas, de valores, pois, como já vimos o que caracteriza a ideologia é o exercício de uma função nos conflitos humano-sociais. É neste sentido que compreendemos o Serviço Social enquanto complexo ideológico. (COSTA, 2000, p. 113).

Para a autora, o vínculo entre a história da profissão em suas origens e a história humana, está identificado nas relações que o serviço social estabeleceu em sua gênese, com a igreja e o Estado via sociedades de organização da caridade e representantes das elites dominantes. Exercendo uma função social junto às classes trabalhadoras face aos problemas resultantes do processo de instauração do capitalismo dos monopólios, o Serviço Social se insere assumindo uma função de reprodutor social. “Sua presença é investida da condição de atividade interventiva junto a indivíduos e grupos, sobre aspectos socioeconômicos, *educativos*, morais e relacionais das classes pauperizadas” (COSTA, 2000, p. 11) (Grifo nosso).

Certamente o caráter particular do Serviço Social como ideologia no interior do complexo ideológico geral situa-se no âmbito dos conflitos cotidianos mais imediatos. Consideramos que as ações profissionais incluem atos teleológicos voltados ao cotidiano para resolução de conflitos derivados da desigualdade econômica. As atribuições do Serviço Social junto às políticas sociais situam-se na fronteira da relação conflituosa entre as ações do Estado e os usuários dos serviços (COSTA, 2000, p. 113).

Partindo dos pressupostos acima e referendando-se em diversos autores do Serviço Social que fazem uma leitura crítica a respeito da profissão, bem como da prática profissional dos assistentes sociais, entende-se que se torna possível discorrer no capítulo que se segue a respeito da *dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais*, não ainda no âmbito da pesquisa empírica, mas imprescindível para que tal suceda posteriormente.

2 A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS: UM OLHAR RETROSPECTIVO

Neste capítulo tem-se por objetivo realizar uma análise a respeito da dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais, haja vista, que diferentes autores no âmbito do Serviço Social como Pinto (1993), Yazbeck (2000), Cardoso e Maciel (2000), Yamamoto (2000a 2000b), e outros, identificam na prática deste profissional, ações de cunho educativo. Entretanto, o que se priorizará neste trabalho, será uma abordagem que propicie situar a prática educativa do assistente social nos seus diferentes perfis nos diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos os quais a profissão veio se inserindo ao longo de sua trajetória. Para tanto, neste capítulo será amplamente utilizado como referência bibliográfica, dentre outros autores, as análises da Tese de Abreu (2002), em: *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL E AS PRÁTICAS SÓCIO-EDUCATIVAS

A prática educativa é compreendida por Pinto (1993), como “[...] conjunto, socialmente determinado, de atividades que visam a transformar as representações sociais (conhecimentos, valorações, sentimentos) com o objetivo de mudar a conduta social [...]”. (PINTO, 1993, p.41). O autor, que vincula os serviços sociais com o fazer profissional do assistente social, parte da premissa de que existe uma ligação essencial entre esses serviços e a reprodução social. Quando aborda a reprodução social, refere-se a esta, em seus dois aspectos, ou seja, a reprodução material e a reprodução espiritual, esta última, compreendida pelo autor no sentido dialético, referindo-se à esfera das idéias, dos valores e dos conceitos, cuja existência não é independente da consciência. Portanto, compreende que atuando nos mais diversos serviços sociais, os assistentes sociais trabalham com as representações sociais, transformando-as, para que os sujeitos, junto aos quais atuam, passem a agir de modo diferente no mundo social.

Yamamoto (2000a), identifica na prática do assistente social funções de intelectual e caracteriza-o como um profissional da coerção e do consenso. Conforme o entendimento da mesma, atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, o assistente social através da prestação de serviços sociais, exerce uma ação “*educativa*” e “*organizativa*” das classes trabalhadoras. É esta função de cunho *educativo*, de acordo com a mesma, que tem demandado a crescente cooptação do assistente social nos mais diferentes campos, como, saúde, habitação, trabalho e outros. Estes diferentes espaços, os quais os

assistentes sociais tem sido solicitados, permite-lhes ter acesso a quase totalidade das esferas da vida cotidiana da classe trabalhadora. Esta ação exercida sobre a mesma, se dá mediante um suporte administrativo-burocrático das instituições que desenvolvem programas sócio-assistenciais.

Iamamoto (2000b), entende que ao realizarem suas ações profissionais, os assistentes sociais exercem a função de um educador político, seja nos espaços governamentais, ou em entidades não governamentais. A mesma, ressalta que o assistente social tanto pode ser um educador comprometido com uma política democrática, ou um educador envolvido com os “donos do poder”, entretanto, ressalta que é neste campo envolto em tensões, que inúmeras possibilidades ao exercício profissional do assistente social são abertas.

Para Cardoso e Maciel (2000), a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços de atuação é incontestável, sobretudo porque este profissional é vinculado às estratégias de reprodução e controle social do trabalhador e sua família, junto aos serviços demandados pelas classes dominantes. Entretanto, estas autoras compreendem que é justamente neste movimento contraditório da sociedade, que as condições para a desmistificação das relações sociais são gestadas, favorecendo a construção de elementos de “[...] crítica, de negação e superação da ordem estabelecida, sob o ponto de vista das classes subalternas [...]” (Cardoso e Maciel, 2000, p. 144).

Assumindo semelhante compreensão a este respeito, Yazbeck (2000), afirma que as ações sócio-educativas que o assistente social desenvolve em conjunto com outros profissionais, contribuem para a reprodução social da vida das classes por ela denominadas de subalternas. Tais práticas, conforme assinala a autora, se modificam e sofrem redefinições (perpassando por diferentes projetos políticos), à medida que a “questão social” modifica seus contornos. Sendo assim, no próximo item se verá os diferentes perfis pedagógicos, pelos quais a prática sócio-educativa do assistente social passou, desde a constituição da profissão até os marcos da sociedade contemporânea.

2.2 OS DIFERENTES PERFIS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA SÓCIO-EDUCATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL

As abordagens de Abreu (2002), sobre o que ela denomina de função pedagógica da prática do assistente social são feitas a partir da compreensão gramsciana sobre o princípio

educativo. Este autor entende que tal princípio é consubstanciado na “[...] relação entre a racionalização da produção e a formação de uma ordem intelectual e moral, sob a hegemonia de uma classe [...]” (ABREU, 2002, p. 18). Sendo assim, associa a hegemonia americana sob os moldes de produção fordista/taylorista, o que denomina de americanismo²⁴, ao desenvolvimento e disseminação de uma nova cultura²⁵. Partindo desta concepção, destaca a autora, é possível compreender não só a intensificação do processo de racionalização da assistência, que se deu no período histórico da organização do americanismo enquanto cultura, como sua posterior reatualização nos processos de organização do denominado *Welfare State*²⁶, que se instaurou a partir dos anos de 1930 nos países avançados e se consolidou no pós II Guerra. Sobre isso a autora destaca,

[...] Tal padrão tem por base o chamado compromisso fordista/keynesiano²⁷ e se difunde mundialmente sob a hegemonia dos Estados Unidos. A assistência social nesses processos de organização da cultura vincula-se à necessidade inerente à reprodução do capital de reatualizar as práticas assistenciais imprimindo às mesmas um cunho “*educativo* ressocializador”, como mecanismo de controle social acionados para obter a adesão e o consentimento das classes subalternas ao padrão de acumulação instaurado a partir de então (ABREU, 2002, p. 21) (Grifo nosso).

De acordo com a compreensão de Abreu (2002), a prática profissional do assistente social desde a institucionalização da profissão, (destacando em especial o Serviço Social brasileiro), perpassa por três diferentes perfis pedagógicos, os quais denomina de: “pedagogia da

²⁴ Abreu (2002), destaca que conforme a análise gramsciana, o americanismo refere-se à constituição da hegemonia da burguesia industrial americana.

²⁵ Segundo Abreu (2002), o conceito de cultura em Gramsci, diz respeito a um modo de vida, de sentir, de pensar e de agir.

²⁶ Para Behring;Boschetti (2006), O *welfare State* ou Estado de Bem-Estar social consolidou-se no pós 2º Guerra Mundial nos países avançados e compreendia o estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania e do compromisso do Estado com o aumento de recursos para a expansão de benefícios sociais. Os princípios que estruturaram o *welfare State* foram: responsabilidade do Estado na manutenção das condições de vida do trabalhador, universalidade dos serviços sociais e implementação de uma “rede de segurança” de serviços de assistência social. Destaca-se, porém, segundo Abreu (2002), que nos países da América Latina, o *welfare State* sequer chegou a ser implementado, entretanto no contexto brasileiro o reflexo do *welfare State* ocorreu pela via do projeto populista de Getúlio Vargas mediante a implementação de políticas sociais de cunho assistencialista.

²⁷ Behring;Boschetti (2006), afirmam que *John Maynard Keynes* (1883-1946), em seu clássico livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicado em 1936, defendeu a intervenção estatal com vistas a reativar a produção. As teorias de *Keynes* aliadas ao modo de produção fordista consistiram não só em uma mudança técnica na linha de produção fabril, como foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas.

ajuda” que posteriormente evoluirá para a “pedagogia da participação” e finalmente passa para a proposta da construção de uma “pedagogia emancipatória” da classe trabalhadora. A identificação destes três perfis pedagógicos que segundo a autora permearam a prática do assistente social tornou visível o vínculo da profissão com estratégias educativas presentes no movimento de organização/reorganização da cultura e ao mesmo tempo, indicam a própria cultura da profissão que desde a sua institucionalização ora serve aos interesses do capital, ora aos do trabalho.

2.2.1 A pedagogia da “ajuda”

Referindo-se a discussão da assistência social, dentro da perspectiva da pedagogia da “ajuda” embasada nos moldes fordistas/tayloristas, a autora caracteriza este período como a era de “educar o operário”, de fornecer-lhe regras de bom senso e moralidade, disciplinando-o tanto nos seus trajes quanto na maneira de administrar o seu lar. Esta prática educativa atribuída ao assistente social, impunha o modo de vida burguês como sendo um sistema único de representações de comportamento. Com relação a isto, Abreu destaca,

[...] A função pedagógica do assistente social, em seu desenvolvimento, é tencionada por dois movimentos distintos: por um lado, o movimento da formação do trabalhador fordiano no processo de organização do americanismo e, posteriormente, do padrão cultural instaurado pelo *Welfare State*, tendo por base o conformismo mecanicista²⁸ como princípio educativo; e, por outro, o movimento da classe trabalhadora na perspectiva de sua emancipação, que supõe a construção de uma nova cultura, a partir de um novo conformismo social [...]. (ABREU, 2002, p. 66).

No processo de institucionalização do Serviço Social, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, a função pedagógica da prática profissional do assistente social, conforme assinala Abreu (2002), estava amplamente vinculada ao processo da organização da cultura da

²⁸Abreu, (2002) destaca que o conformismo mecanicista supõe sob o ponto de vista das exigências da produção fordista/taylorista, um equilíbrio psicofísico puramente mecânico. Trata-se da base da formação do trabalhador fordiano – o chamado “gorila amestrado”. Este conformismo visou apenas impedir o colapso fisiológico do trabalhador esgotado pelo novo método de produção. Por isso esse equilíbrio tende a ser substituído por outro superior, proposto pelos próprios trabalhadores, isto é, por um conformismo próprio da referida classe.

classe dominante. Portanto, a abordagem deste profissional nesta fase de desenvolvimento era centrada em uma visão psicologista da “questão social”, reduzindo-a a manifestações individuais, passíveis de “ajuda” psicossocial. Esta abordagem, parte do ponto de vista de que a “questão social” constitui-se em um problema moral, portanto justifica-se uma intervenção via assistência social individualizada visando a “reintegração” social do indivíduo, deslocando para o campo psicológico o que é expressão dos antagonismos de classe. A partir desta lógica, destaca a autora, a ajuda psicossocial individualizada constitui-se em um artifício para legitimar a “assistência educativa” ocultando processos e mecanismos autoritários da classe dominante, direcionados á conformação da ordem social vigente.

Referindo-se a influência sócio-histórica da cultura americanicista em relação ao Serviço Social brasileiro e latino-americano, que se deu a partir da década de 1940²⁹, a autora destaca que, esta, é mediatizada tanto pelas relações imperialistas norte-americanas quanto pelo próprio grau de desenvolvimento do capitalismo. A partir daí, difunde-se no serviço social brasileiro, uma orientação profissional vinculada às necessidades de acumulação do capital e sobre as implicações da adoção de tais padrões, destaca,

Deste modo, na sociedade brasileira e demais países do continente latino-americano impuseram-se padrões de intervenção divorciados da realidade, na medida em que foram adotados modelos interventivos, desenvolvidos para responder a manifestações da questão social, em centros avançados. Trata-se de respostas profissionais elaboradas face a necessidades sociais produzidas em contextos que lograram construir experiências do chamado *Welfare State*, em que se efetivaram padrões culturais fundados em determinada associação entre o crescimento econômico e conquistas da classe trabalhadora, materializadas em distintos sistemas de seguridade social, portanto, bastante distanciadas das necessidades que peculiarizaram a questão social no contexto brasileiro, particularmente,[...] onde a experiência do *Welfare State* não se materializou, sobretudo, em relação aos interesses das classes subalternas (ABREU, 2002, p. 96).

Da discussão sobre a pedagogia da “ajuda”, a autora assinala que extrai o entendimento de que esta, em seu desenvolvimento histórico, na perspectiva da subalternização e controle da classe trabalhadora, vem sendo atualizada/reatualizada através de instrumentos e

²⁹Martinelli (1997), afirma que até os meados dos anos 40 a influencia mais importante para o Serviço Social brasileiro, foi recebida da Europa em especial da linha franco-belga. A partir do avanço desta década citada, uma nova orientação colocava-se agora em pauta, ou seja, a do Serviço Social americano.

estratégias compatíveis com os interesses dominantes. Sendo assim, referindo-se ao contexto atual brasileiro de crescentes ajustes da política neoliberal, a autora assinala que o processo de seleção de indivíduos para o acesso a bens e serviços assistenciais que vêm constituindo-se como uma das principais atribuições do assistente social, consolidadas historicamente, torna-se um instrumento pedagógico do processo de “ajuda”, (reatualizada) à medida que este profissional é quem na maioria das vezes interfere na qualificação/desqualificação dos usuários dos serviços sociais. Assim,

[...] sob a ótica da pedagogia da “ajuda” [...] o assistente social, imbuído de competência técnica e poder institucional, decodifica e seleciona situações e indivíduos, bem como habilita os indivíduos para o acesso ao auxílio solicitado, enquadrando-o nos padrões morais de sociabilidade determinados pela ordem do capital. (ABREU, 2002, p. 95)

A autora ainda assinala, que à medida que as demandas contraditórias das classes sociais em sua correlação de forças transformam-se e complexificam-se, os perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social se redimensionam e avançam na direção de determinado projeto de sociedade.

Desta forma, destaca-se a seguir, o perfil pedagógico que na concepção de Abreu (2002), permeou a prática educativa do assistente social em um outro período histórico.

2.2.2 A pedagogia da “participação”

O perfil pedagógico da “participação” que de acordo com as concepções de Abreu (2002), permeou a prática educativa do assistente social brasileiro a partir da década de 1950, desenvolve-se fundamentalmente a partir, das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC)³⁰, sob a influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora³¹. As propostas de (DC)

³⁰ É nos anos 20 que o DC tem suas raízes a partir de iniciativas inglesas e norte-americanas. O objetivo de tais iniciativas eram os de “[...] frear os movimentos emancipatórios nos domínios coloniais e neutralizar as condições próprias do capitalismo monopolista, expressas na agudização e aprofundamento das desigualdades sociais [...]. Assim justificou-se o DC não para superar as desigualdades sociais em suas expressões internas e externas, mas fundamentalmente, para a manutenção e combinação de tais desigualdades no sentido de favorecimento dos interesses imperialistas. [...] a concepção de fundo desta modalidade interventiva resume-se na visão de que os problemas sociais (de integração ou modernização) são passíveis de tratamento no âmbito de cada comunidade [...]”. (Castro 1984 *apud* Abreu, 2002, p. 107) nota de rodapé 27.

³¹ “A ideologia desenvolvimentista modernizadora vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização” (ABREU, 2002, p. 106). De acordo com Iamamoto e Carvalho (2005), pode-se

no continente latino-americano, são introduzidas e difundidas sob os marcos das estratégias de expansão do capitalismo monopolista, como forma de consolidação da hegemonia do imperialismo econômico dos Estados Unidos. Tais propostas, que davam ênfase a participação popular nos programas de governos, tendo como eixos centrais processos de “integração” e “promoção” sociais, visavam diminuir a pobreza e o analfabetismo no continente, considerados facilitadores da expansão do comunismo.

Sendo assim, destaca-se como relevante o pensamento da então recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) que é amplamente utilizado pelo governo americano como forma de justificar um amplo programa de assistência aos países pobres, especialmente nas áreas da saúde, educação e agricultura. A própria ONU definia a proposta de DC como,

Processo por intermédio do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (ONU *apud* AMMANN, 1997, p.32).

É na difusão desta nova estratégia de reorganização da cultura dominante que o Serviço Social é cooptado através de um amplo programa de capacitação profissional, para desenvolver atividades técnico-operativas dos programas de (DC). A autora compreende que a vinculação predominante do processo de redimensionamento profissional do assistente social a perspectiva da modernização, dentre outras motivações, pode ser justificada e sustentada na denominada ideologia de segurança nacional e de desenvolvimento que se difundiram no Brasil a partir da década de 1950, perpetuando-se pelos diferentes governos ainda que, com diferentes configurações³², até o final da ditadura militar em 1985. Esse redimensionamento ideológico, conforme assinala a autora, repercute nas ações profissionais do assistente social alterando o perfil pedagógico de sua prática a partir de um rearranjo da função educativa deste profissional. Isto se dá a partir de três vetores, os quais sejam,

ainda definir a ideologia desenvolvimentista por meio da busca pela expansão econômica, no sentido da riqueza, prosperidade, soberania, grandeza material, soberania em ambiente de paz política e social, e de segurança. Esta ideologia, no continente latino-americano é intensificada a partir dos anos 50.

³² Cardoso (1978), *apud* Abreu (2002), Ressalta que no governo Jk, a ideologia desenvolvimentista está ligada às questões do nacionalismo. Internamente esse governo assume uma postura nacionalista, porém externa e economicamente é dependente do capital estrangeiro, portanto há uma combinação de antagonismos.

[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital (ABREU, 2002, p. 107).

Desta forma, visando atender aos objetivos de melhor servir a pessoa humana e a sociedade, o Serviço Social orienta-se no Sentido de “conscientizar” a população a contribuir com o desenvolvimento do país através da integração social. Assim,

[...] a política participacionista, nesses marcos definida, reatualiza a “assistência educativa” como uma modalidade de manipulação das necessidades e recursos institucionais, superdimensionando os mecanismos de controle e de responsabilização dos sujeitos individuais quanto ao alcance do “bem-estar social”, mediante a introdução de novos mecanismos de persuasão e coerção dos sujeitos envolvidos, bem como revitalizando processos já consolidados, sob o pretexto de superação do assistencialismo (ABREU, 2002, p. 108).

A promessa de elevação dos níveis de vida de todas as camadas sociais conferindo-lhes o “bem-estar social” constituiu-se como fator básico para a mobilização das massas em adesão ao desenvolvimentismo. Entretanto, a idéia de eliminação das desigualdades não se fazia presente nos discursos que conclamavam a população a participação, ao contrário, em nome de uma suposta promoção social, difundia-se a idéia de que certos sacrifícios eram necessários.

Nutrindo-se da pedagogia autoritária dominante, o assistente social torna-se coadjuvante na difusão desse projeto de modernização conservadora, não tendo neste momento a compreensão de que apenas contribui para a expansão econômica e viabiliza a incorporação no país de padrões de desenvolvimento incompatíveis com a realidade social brasileira.

Abreu (2002), referendada nas formulações de Dantas (1973), e Almeida (1979), destaca como relevantes para a compreensão da adesão do assistente social às estratégias participacionistas no processo denominado desenvolvimento social, as principais tendências do pensamento profissional naquele contexto histórico,

[...] a primeira sob a orientação da corrente estrutural funcionalista, traduz-se num ‘modelo de serviço social para o desenvolvimento’; a segunda, tendo por

base o pensamento fenomenológico, expressa um ‘modelo profissional de capacitação social’[...]. (ABREU, 2002, p. 126).

Apesar de tratar-se de duas linhas distintas de propostas intervencionistas, diferenciando-se quanto ao posicionamento teórico-metodológico, aproximam-se no que se refere à perspectiva histórico-político. Ressalta-se então que se por um lado, são evidenciados os esforços dos assistentes sociais de adequação da prática a estas novas exigências desenvolvimentistas, por outro, ressalta-se segundo a autora, que é neste mesmo contexto a partir da década de 1960 que as idéias de um grupo de assistentes sociais oriundos de países como: Brasil, Argentina, e Chile avançam no sentido de dar a profissão um novo redimensionamento. Este movimento no interior do Serviço Social foi denominado de “Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina” e demarcou duas tendências profissionais: “[...] uma, integrada ao processo de modernização conservadora, [...] outra é referenciada na busca de vinculação profissional com a perspectiva histórica das classes subalternas [...]” (ABREU, 2002, p. 112).

O “Movimento de Reconceituação” impulsionado pelos movimentos progressistas e revolucionários que aconteceram das décadas de 1950 a 1970 - destacando-se a Revolução Cubana em 1959 revigorada pelos debates marxistas e avanços teóricos no campo das ciências sociais - não se constituiu em um processo homogêneo. Tal movimento, em seu momento inicial na sociedade brasileira é marcado por discontinuidades, vinculando-se muito mais à perspectiva da modernização conservadora, que a uma tendência emancipatória de libertação da classe trabalhadora. Neste processo, é relevante destacar conforma assinala a autora, que o Serviço Social é impulsionado pelo que se denominou de uma “consciência nacional-popular” buscada por processos educativos nos marcos da política populista desenvolvimentista nos anos 50 e 60 desencadeados no campo da educação. Sendo assim, destacam-se,

[...] as experiências das ligas camponesas, do Movimento de Educação de Base³³ (MEB) vinculado, inicialmente, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e outros movimentos de promoção da cultura popular, como os Centros

³³ “[...] A experiência do MEB tem seu embrião na iniciativa do MCP no Recife (PE), núcleo a partir do qual o educador Paulo Freire e sua equipe estruturam um método de alfabetização de adultos. [...] essas experiências destacam a participação para a educação, em que a educação é colocada como processo propulsor de mudanças no qual a participação popular é o eixo central. Apesar do entendimento e da crítica sobre as condições socioeconômicas, político-culturais do país, tais propostas enfatizam uma intervenção centrada na atuação individual consciente como fator de transformação [...]” (MANFREDI 1981 *apud*, ABREU, 2002, p. 113) nota 32.

Populares de Cultura (CPCs) ligados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Cultura Popular (MCP) [...] (ABREU, 2002, p. 113).

Conforme se observará no próximo item, estes movimentos, apesar de vinculados à orientação fenomenológica existencial cristã, tiveram significativa participação na construção de uma pedagogia emancipatória no âmbito do Serviço Social conjuntamente com outros processos políticos deflagrados em alguns países da América Latina.

2.2.3 A “pedagogia da emancipação” das classes trabalhadoras

Quando se refere à vinculação do Serviço Social ao movimento de construção de uma perspectiva pedagógica de emancipação das classes subalternas, Abreu (2002), entende que isto se deu,

[...] no quadro das condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional identificado com os interesses das citadas classes, projeto esse colocado como alternativo ao projeto tradicional conservador predominante na constituição histórica da profissão (ABREU, 2002, p. 128).

No processo de redefinição profissional do Serviço social no bojo do Movimento de Reconceituação conforme já assinalado anteriormente pela autora, destaca-se o amplo movimento pela Teologia da Libertação³⁴ que se tratava de um fenômeno totalmente novo nas relações entre cristãos e marxistas. Tal movimento, articulado as formulações pedagógicas do educador Paulo Freire consegue a adesão de setores da categoria dos assistentes sociais, desta forma, fazendo avançar dentro da profissão a construção de um projeto profissional de uma pedagogia emancipatória pelas classes trabalhadoras.

Segundo Lowy (1991) *apud* Abreu (2002), na América Latina, muitos dos movimentos de luta pela libertação dos explorados, não teriam sido possíveis sem o apoio das Comunidades Eclesiais de base (CEBs) e da Teologia da libertação. A autora assinala que estes

³⁴ O movimento pela Teologia da Libertação surgiu na década de 60 e desencadeou-se principalmente no interior da Igreja Católica. Esse movimento buscava estabelecer uma relação entre cristianismo e marxismo, “[...] realizando uma crítica sobre as relações de exploração e dominação inerentes à sociedade capitalista conclamando os cristãos a aderir a luta pelo socialismo no continente”. (ABREU, 2002, p. 130)

movimentos das décadas de 70 e início de 80 possibilitaram no Brasil a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), o que revelou que estes espaços tornaram-se importantes para a politização das relações sociais, abrindo a possibilidade de intervenção das classes trabalhadoras no movimento histórico de perspectiva de sua emancipação.

As já referidas décadas, no Brasil, são marcadas pelo protagonismo dos movimentos sociais populares contra a exploração capitalista e a ditadura militar, propiciando que no âmbito do serviço Social se desenhasse um novo perfil pedagógico da prática *educativa* do Serviço Social. Entretanto Abreu (2002), entende que este perfil neste momento apresentava-se ainda “distorcido”, não conseguindo romper de todo com as estratégias pedagógicas subalternizadas. Por isso, a autora assinala que o “desenho” inicial desse perfil pode ser visualizado a partir dos seguintes aspectos: um que superdimensionava a participação popular na construção de um projeto profissional comprometido com os interesses populares e um que demonstrava um descompasso entre os avanços no campo político-ideológico, sobretudo no que se refere à intencionalidade da prática profissional e à efetiva análise das condições objetivas dessa mesma prática.

As condições concretas para o avanço do projeto profissional do Serviço Social identificado com as classes subalternas na sociedade brasileira, se criam a partir dos anos 80, consubstanciadas pelo já referido movimento pela democratização das relações sociais onde avançam estratégias para a politização dessas relações conjuntamente com “[...] as lutas sociais e organização das referidas classes e, contraditoriamente, pelas estratégias estatais no âmbito das políticas sociais direcionadas à busca de legitimidade do sistema de poder em crise” (ABREU, 2002, p. 151).

A partir da segunda metade da década de 80, destaca Abreu (2002), no período referente ao governo denominado Nova Republica, este novo projeto profissional do Serviço Social expande-se por vastos segmentos da categoria profissional, redimensionando a *prática educativa* dos assistentes sociais, imprimindo ao perfil pedagógico da profissão, o compromisso com os interesses das classes trabalhadoras. Isto se dá, sob um contexto político marcado por certo conflito entre o Estado e os movimentos sociais, pois este investe na sua desmobilização e esvaziamento. Entretanto, é a partir das lutas de vários segmentos organizados da sociedade que é aprovada a nova Constituição Federal/1988 que sob a forma de direitos sociais, incorporou bandeiras de lutas das classes subalternas. Desta forma, no que diz respeito ao Serviço Social, é

possível destacar duas tendências de compromisso profissional com a referida perspectiva societária:

[...] uma tendência que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social, portanto, no horizonte das conquistas do chamado Estado de Bem-Estar, muitas vezes tidas como fim último da intervenção profissional, e outra tendência que se coloca considerando o compromisso profissional com as lutas das classes subalternas no sentido da superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade – a socialista, a qual supõe ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, nos limites da chamada democracia burguesa. (ABREU, 2002, p. 154).

Já nos anos de 1990, destaca Abreu (2002), com a intensificação do projeto neoliberal no Brasil, intensificam-se dentro da profissão as discussões da necessidade da revisão curricular para dar uma nova direção à formação do assistente social. Tais discussões culminaram com as diretrizes curriculares de 1996 que tiveram base no currículo mínimo de 1982 que foi uma das grandes referências desse processo desde 1980. Além dessa referência, pode-se afirmar que as reformulações do código de ética (1986 e 1993) e da lei que regulamenta a profissão (1993) tiveram grande influência neste processo de avanço da construção deste novo currículo que permite o avanço da profissão em várias direções tais como, o campo da produção intelectual, da organização política, da formação profissional e da prática interventiva.

Conforme descreve Abreu (2002), a década de 1990, é marcada por algumas estratégias profissionais, destacando: a educação popular como instrumento da prática do assistente social nos diferentes espaços de atuação profissional; a formação de alianças políticas visando à alteração da correlação de forças políticas nos espaços de intervenção profissional e na sociedade a partir dos interesses das classes trabalhadoras; a inserção profissional nos processos de luta pela conquista e garantia com ampliação dos direitos sociais fundados em princípios de democratização da gestão pública e a universalização dos atendimentos e justiça social.

De acordo com Cardoso e Maciel (2000), “a mobilização social como função do assistente social é uma condição indispensável na concretização de processos *educativos* desenvolvidos em sua prática profissional”. (Cardoso e Maciel, 2000, p. 145) (Grifo nosso). Cabe ressaltar, conforme assinalam as mesmas, que o desempenho desta função diante das transformações por que passa a sociedade brasileira nestas últimas décadas - destacando-se a

reestruturação produtiva e as reformas institucionais a partir da orientação neoliberal - determinam no campo profissional do assistente social, inflexões provocadas por novas demandas impostas pelo novo ordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado e sociedade civil.

A tese do Estado mínimo é reforçada pelo princípio neoliberal do mercado como regulador da vida social, portanto, a redução dos investimentos públicos no âmbito das políticas sociais é amplamente justificada a despeito do agravamento da “questão social”. Sendo assim, assinalam Cardoso e Maciel (2000), a função de mobilização desenvolvida pelo assistente social no âmbito das políticas sociais, tem a tendência de fortalecer o deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade civil no que diz respeito ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

Outro desdobramento que se consolida a partir das orientações neoliberais conforme ressaltam as autoras e que dá outro redimensionamento das políticas públicas na contemporaneidade, o qual incide na função de mobilização social dos assistentes sociais, é a formação do denominado terceiro setor. Com relação a isto assinalam,

Esses profissionais são requisitados para desempenhar, dentre outras funções, a mobilização das classes subalternas para adesão às chamadas estratégias de publicização no âmbito do atendimento às necessidades sociais, mediante parceria entre Estado e organizações não estatais. Trata-se de repasses de recursos públicos às citadas organizações, isto é, de privatização dos referidos recursos, em troca da prestação de serviços sociais, em detrimento da universalização e democratização das políticas públicas (ABREU 1999, *apud* CARDOSO E MACIEL 2000, p. 146).

No que diz respeito à esfera da produção, Cardoso e Maciel (2000), ressaltam que ao assistente social é demandada a função de mobilização dos operários no sentido de propiciar a formação e capacitação de mão-de-obra, convênios entre instituições públicas e empresas privadas e formação de grupos de produção. Ressalta-se que estas mobilizações fazem parte de estratégias do capital que visam o engajamento do trabalhador no mercado de trabalho, bem como a subsistência das classes trabalhadoras.

Quanto às novas tendências de atuação do assistente social, é relevante destacar as concepções de Cardoso e Maciel (2000), que assinalam que a crescente retórica da importância

da participação da sociedade civil na formulação, bem como na implementação das políticas públicas, tem demandado a atuação do assistente social como mobilizador das classes subalternas para a participação destas, nos denominados conselhos de direitos ou de gestão das políticas públicas. Entretanto, as autoras ressaltam que tal participação pelas referidas classes, sem um posicionamento crítico a respeito das contradições que conformam estes espaços, os quais enfatizam a parceria entre sujeitos com interesses antagônicos, apenas camuflam as contradições entre as classes e os diferentes projetos societários.

Entretanto, Abreu (2002), aponta algumas tendências atuais da função pedagógica do assistente social na sociedade brasileira, a partir de uma perspectiva emancipatória das classes trabalhadoras em que o princípio *educativo* e de politização das relações com os usuários são processos fundamentais. Como exemplo, a autora cita alguns programas mediatizados a partir de uma nova relação entre Estado e sociedade civil que trabalha políticas públicas em uma perspectiva de direitos e que garantem a participação política dos sujeitos desses direitos, dentre eles resalta os seguintes: *orçamento participativo*, apresentando como exemplo uma experiência da prefeitura de Porto Alegre sob gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciada em 1988, que segundo a mesma, constitui-se como referência inovadora da democratização da relação Estado/sociedade “[...] mediatizado por uma modalidade de co-gestão, em que se combinam formas tradicionais de representação política [...] com a participação direta da população organizada [...]” (ABREU, 2002, p. 215). A autora destaca também, os programas de renda mínima³⁵ com trabalhos *educativos*, e destaca também o Movimento Social dos Sem Terra (MST) como uma bandeira de luta, tendo a perspectiva da emancipação de seus participantes e a construção de uma nova sociabilidade social.

Desta forma, entende-se “[...] a organização, como um processo fundamental na constituição de uma nova hegemonia pelas classes subalternas, [...] diante da necessidade de recomposição das referidas classes como força revolucionária” (CARDOSO e MACIEL, 2000, p. 147).

³⁵ “[...] as propostas de renda mínima no Brasil vêm apresentando como características mais relevantes: definição da família como beneficiário dos programas propostos e em andamento [...] articulação de uma transferência monetária para famílias pobres [...] melhoria de renda familiar com supressão ou redução de situações sociais negativas associadas à criança e ao adolescente [...] adoção de critérios de elegibilidade [...] exigência de contrapartida para permanência das famílias no programa [...] financiamento do benefício, na maioria dos casos predominantemente público, com recursos previstos nos orçamentos dos Estados ou dos municípios [...]” (SILVA 1997 *Apud* ABREU 2002, P.217).

Sendo assim, está posto um amplo desafio aos assistentes sociais no desenvolvimento de suas práticas sócio-educativas, no sentido de mobilização e politização das classes subalternas, desta forma, contribuindo para a construção de um projeto social que favoreça este grupo. Portanto, no próximo capítulo pretende-se trazer a análise da pesquisa de campo, *a dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais no município de Toledo em 2008*, partindo de uma perspectiva crítica que responda como a dimensão sócio-educativa se expressa no exercício profissional dos sujeitos da pesquisa.

3 A DIMENSÃO SÓCIO-EDUCATIVA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO EM 2008

Este capítulo dedica-se à pesquisa de campo, entretanto, nos primeiros itens ocupa-se em apresentar uma breve historicização e caracterização do município de Toledo, como forma de contextualizar o Serviço Social no referido município.

3.1 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

De acordo com dados obtidos no *site* do Ipar-des³⁶, o município de Toledo está localizado na região Oeste do Paraná a 536,60 quilômetros da Capital Curitiba.

A colonização do Oeste do Paraná conforme Lagemann; Luqueta (2004) ocorreu a partir da década de 1930 quando a equipe de governo de Getúlio Vargas foi informada de que esta região estava abandonada pelos brasileiros e explorada por estrangeiros, sendo inclusive a língua falada na região, a espanhola. Sendo assim, o governo brasileiro decidiu nacionalizar a fronteira guarani povoando outras fronteiras brasileiras e espaços vazios existentes.

Nesse sentido, foi criado o ideário e a imagem “Marcha para Oeste”, no final de 1937, que significava despertar no povo o sentimento de brasilidade, ocupação dos espaços vazios, do desenvolvimento e da integração nacional. Dentro desse contexto de nacionalização e “Marcha para o Oeste”, o governo criou o Território Federal do Iguazu, juntamente com os territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, de Ponta Porã, pelo Decreto-Lei nº 5.8123, de 13 de setembro de 1943. (LAGEMANN; LUQUETA, 2004, p. 84).

Referindo-se à fundação de Toledo, as autoras destacam que esta deveu-se à compra da Fazenda Britânia (criada pelos ingleses para a exploração de madeira e erva-mate na região) por um grupo de sulistas com o apoio do governo, sendo assim recuperadas vastas extensões de terras que estavam nas mãos de estrangeiros. Em 1946, com a fundação da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A, denominada MARIPÀ, as terras onde hoje estão localizados vários municípios do Oeste do Paraná, foram desmatadas, divididas e comercializadas principalmente para pessoas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

³⁶ Informações obtidas em: www.Ipar-des.gov.br Acesso em 27 Set/2008

Para Niederauer (2004), o modelo de minifúndios foi a forma de colonização adotada pela empresa Maripá no oeste paranaense, objetivando a aquisição de terras por algumas famílias. Tal estratégia de colonização centrou-se no objetivo de desenvolver a região oeste viabilizando uma estabilidade agrícola. A extração de madeira e a policultura de subsistência familiar foram as principais atividades econômicas naquele início de colonização do oeste do Paraná (entre 1946 e 1960), sendo o excedente da produção comercializado pelas famílias.

De acordo com o mesmo autor, no dia 14 de Novembro de 1951, através da Lei nº 790, sancionada pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, criou-se o município de Toledo desmembrando-o de Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra. Entretanto, destaca o autor, Toledo só começou a “caminhar com os próprios pés”, tendo sua primeira administração, a partir da posse do primeiro prefeito Municipal o Dr. Ernesto Dall’Oglio e da constituição da primeira Câmara e isso aconteceu no dia 14 de dezembro de 1952, data que, aliás, é comemorado o aniversário do município.

3.1.1 A assistência social no município de Toledo

De acordo com Bragagnollo; Maciel (1988), a formação socioeconômica de Toledo nas primeiras décadas, baseada na pequena propriedade “quase auto-suficiente”, operada sobretudo pela família, não permitiu que se desenvolvesse no município um número significativo de populações “marginalizadas”. Sendo assim, conforme os referidos autores, nos dois primeiros decênios, os “problemas sociais” eram atendidos pelas irmãs Vicentinas, presentes em Toledo desde 1948, pela Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), e pela Associação de Proteção à Maternidade e a Infância (APMI).

A (APMI) assinalam os autores, destaca-se como a primeira entidade de assistência e promoção social a ser formalizada no município de Toledo em 1954, sendo uma associação de direito privado que objetivava prestar atendimento à criança dentro do seu contexto familiar, priorizando a educação, saúde e nutrição. De acordo com os autores, “Muitas senhoras da sociedade prestaram sua desinteressada colaboração à (APMI), destacando-se Noêmia Lima, *assistente social*³⁷ do

³⁷ A menção a assistente social Noêmia Lima na bibliografia acima citada, demonstra ser ela, se não a primeira assistente social do município, uma das primeiras. As expressões, “senhoras da sociedade” “desinteressada contribuição” e “alma da entidade” na citação acima, demonstram como o assistente social era visto naquele contexto, ou seja, um agente da caridade.

posto de puericultura, que foi por muitos anos a alma da entidade” (BRAGAGNOLLO; MACIEL, 1988, p. 448) Grifo nosso.

Para fazer frente ao agravamento dos “problemas sociais” no município de Toledo, de acordo com os mesmos autores, várias entidades de assistência e promoção social foram surgindo, porém, só a partir de 1979 o setor oficial passou a ocupar-se desses “problemas” com a inauguração em oito (8) de outubro do Centro Social Urbano Dr. Walter Fontana, que desenvolvia suas atividades em convênio com Legião Brasileira da Assistência (LBA), sendo a partir de 1988, coordenado pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do município.

Segundo Chaves (2007), em 27 de outubro de 1995 foi aprovada a Lei Municipal nº 1.781, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social no Município de Toledo e traz, no seu artigo 2º, que: “a assistência social será prestada através da implementação de benefícios, serviços, programas e projetos, desenvolvidos com a participação governamental e da sociedade civil, visando prover os mínimos sociais e a atender as necessidades básicas da população”, sendo estas ações assistenciais garantidas pela: Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania³⁸; Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Assistência Social.

Destaca-se que a partir do ano de 1997, a Assistência Social no município passa a ser responsabilidade da Secretaria de Assistência Social (SAS) regulamentada em 14 de julho de 1997, sob Lei Municipal nº 1.800, tornando-se o órgão municipal responsável pela organização, efetivação, descentralização e execução da política de Assistência Social, em Toledo, atendendo os diversos segmentos da sociedade em conjunto com várias entidades assistenciais não governamentais formando uma Rede de Assistência.

3.1.2 Toledo na atualidade

Segundo Azevedo e Colognese (2005), entre os anos de 1960 e 1970, a região Oeste do Paraná recebeu 374.082 pessoas e com o término do processo de colonização das terras na década de 1970, profundas e novas transformações rapidamente alteraram a sociedade do Oeste do Paraná. De acordo com os autores,

³⁸ Hoje denominada SAS (Secretaria de Assistência Social).

Este processo foi altamente seletivo, em termos socioeconômicos e tecnológicos, e teve suas expressões mais visíveis na difusão da mecanização, no uso de insumos e equipamentos de origem industrial, na especialização da produção, na concentração da propriedade da terra, êxodo rural e na acelerada urbanização (COLOGNESE 2004, *Apud* AZEVEDO; COLOGNESE 2005, p. 10).

A partir da década de 1990, com a sensível diminuição da cultura do algodão na região, e o conseqüente decréscimo deste campo de trabalho, ocorre um vertiginoso aumento da população urbana em busca de novas oportunidades. Com isso, complexificam-se as relações sociais e de produção, “[...] pela criação de um mercado de trabalho formal e a imposição de relações individualistas e competitivas nas mais diversas esferas da vida [...]” (AZEVEDO; COLOGNESE 2005, p. 11).

Conforme apontado pelos mesmos autores, o processo de urbanização no município de Toledo foi acompanhado da multiplicação de empresas de diversas dimensões e nos vários ramos de atuação, destacando-se Frigobrás Sadia, Fiasul, Cervejaria Colônia e também na produção de medicamentos genéricos, a Prati-Donaduzzi.

A ocupação dos espaços urbanos de acordo com Azevedo; Colognese (2005), devido à valorização imobiliária ocorrida neste ambiente, representou um eficiente processo seletivo que propiciou a formação de bairros pobres nos arredores da cidade, ficando demonstrado assim, que no município de Toledo, como no restante do país, também ocorreu um processo de produção da exclusão social.

Na atualidade, conforme dados colhidos no *site*³⁹ do Iparde de acordo com o senso de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Toledo tem uma população de aproximadamente 109.000 habitantes e destes, 85.920 estão na área urbana.

Destaca-se que a visibilidade do município de Toledo em grande medida se dá devido ao crescente número de Universidades no município que, atualmente são em número de cinco: Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste⁴⁰, (UNIPAR), (FASUL), (PUC) e mais recentemente Universidade Tecnológica Federal do Paraná-(UTFPR).

³⁹ Informações obtidas em: www.Ipardes.gov.br Acesso em 27 Set/2008

⁴⁰ A Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste foi a primeira Universidade do município de Toledo a partir do ano de 1980, sendo na época, denominada Facitol. Destaca-se que em 1987, teve início nesta Universidade, o curso de Serviço Social, o qual tem sido um campo de trabalho para os assistentes sociais. Informações obtidas no site da Universidade: www.unioeste.com.br. Acesso em 22 de setembro de 2008.

Cabe ressaltar, que a expansão populacional do município de Toledo trouxe consigo o acirramento das expressões da “questão social”, que no caso específico deste município pode ser sentido na intensificação do trabalho informal e na crescente criminalidade especialmente envolvendo adolescentes aliciados pelo tráfico de drogas⁴¹. Sendo assim, percebe-se que a demanda pelo trabalho do assistente social vem crescendo no município, e este vem atuando em diversas áreas na implementação e consolidação das diferentes políticas sociais. Portanto, sendo objetivo desta pesquisa analisar como a dimensão sócio-educativa se expressa na prática profissional dos assistentes sociais no município de Toledo, os itens que se seguem representam o universo e a delimitação dos dados empíricos coletados na pesquisa de campo, primeiramente especificando a metodologia que para tal foi utilizada.

3.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Marconi e Lakatos (1995), o método é caracterizado por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza, bem como da sociedade. Portanto a presente pesquisa engloba o método dialético, que de acordo com os mesmos autores “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARACONI; LAKATOS, 1995, p. 106).

Como procedimento para a pesquisa adotou-se a abordagem qualitativa, a qual:

(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

⁴¹As informações destes dois últimos parágrafos a respeito do crescimento populacional do município de Toledo e do acirramento das expressões da “questão social”, são fruto de informações obtidas através de notícias jornalísticas tanto impressas quanto televisivas a respeito do município. Inclusive, com relação ao tráfico de drogas, as informações dos variados meios de comunicação a nível local, dão conta de que este, em grande medida é facilitado no município, por ser esta uma região próxima a cidades que fazem fronteira com outros países da América Latina, sobretudo o Paraguai.

Portanto, desenvolver uma pesquisa é desvendar o desconhecido, explorá-lo. Sendo assim, a presente pesquisa é exploratória, pois “[...] tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias [...]” (GIL, 1999, p. 42). Além de possibilitar uma aproximação com o fato, proporcionando uma visão geral, que poderá despertar questionamentos para estudos futuros.

Para construção teórica conceitual da investigação, utilizou-se um referencial bibliográfico, o qual consiste numa pesquisa “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]” (GIL, 1999, p. 65).

A técnica utilizada foi o questionário⁴², que conforme Gil (1999) consiste em uma “[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (GIL, 1999, P. 128). Foram determinantes para a escolha desta técnica de pesquisa, algumas vantagens apresentadas pelo mesmo autor, dentre estas se destacam: a possibilidade dos pesquisados responderem as questões no momento que julgarem mais conveniente e a não exposição dos pesquisados à influencia das opiniões pessoais do pesquisador.

O universo da pesquisa, que segundo Gil (1999), é o total de elementos ou total de pessoas a serem pesquisadas, são os assistentes sociais do Município de Toledo que estão no exercício profissional, e de acordo com informações obtidas por telefone no dia 03/10/2008 com a assistente social Valdenice dos Santos Souza, Presidente da Associação dos Assistentes Sociais do município de Toledo, são em número aproximado de (55) profissionais, sendo (28) na área governamental e o restante não governamental. Portanto, optou-se por definir uma amostra, que é o “[...] subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população [...]” (GIL, 1999, p.100). O tipo de amostra utilizado pode ser caracterizado como intencional o que de acordo com o mesmo autor, consiste em selecionar um subgrupo do universo da pesquisa que seja considerado representativo do mesmo.

Diante disso, foram escolhidos quatro (4) assistentes sociais do referido Município, os quais atuam em diferentes campos que, na concepção desta pesquisadora representam os diferentes espaços que mais demandam a atuação do assistente social, sendo estes: um (1)

⁴² Ver questionário no apêndice 1.

governamental na esfera municipal da área da Assistência Social, um (1) não governamental de entidade assistencial na área da Criança e do Adolescente; um (1) empresarial e um (1) Docente do Curso de Serviço Social da Unioeste, por ser este, um campo de trabalho presente no Município de Toledo.

Com relação aos critérios utilizados para a seleção dos sujeitos da pesquisa, pode-se afirmar que, no caso dos três primeiros profissionais, a disponibilidade destes ao serem contatados por telefone pela pesquisadora, determinou a escolha dos mesmos, haja vista que, conforme já descritos anteriormente, os critérios para a amostra eram quatro diferentes campos de demanda da atuação do Serviço Social no município. Portanto, a probabilidade de escolha dos sujeitos era a mesma para todos. No caso do Profissional Docente, a escolha se deu de acordo com dois critérios: que o profissional desenvolvesse um Projeto de Extensão na Universidade e que estivesse exercendo a docência no Curso de Serviço Social há mais tempo.

Os questionários da pesquisa foram enviados por *e-mail* para facilitar sua devolução, entretanto todos os profissionais foram visitados por esta pesquisadora para esclarecimento de dúvidas dos mesmos a respeito da pesquisa. O envio de tais questionários ocorreu no início do mês de setembro, no entanto, as devoluções foram ocorrendo do final do referido mês até o dia vinte (20) do mês de outubro. Com relação à devolução dos questionários, destaca-se que esta, constituiu-se na maior dificuldade na realização da presente pesquisa, haja vista, alguns sujeitos da mesma, demoraram demasiadamente para responder, o que de certa forma diminuiu consideravelmente o tempo para as análises da pesquisa. Após a devolução dos questionários, os dados foram transcritos e descritos em relatórios, sendo os sujeitos identificados como AS1, AS2, AS3 e AS4, para que os mesmos, por questões éticas não fossem identificados, embora, esta não tenha sido uma exigência dos sujeitos da pesquisa. Ressalta-se que os resultados da pesquisa serão devolvidos aos sujeitos da mesma, também por *e-mail*.

3.4 O PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Antes da exposição dos resultados da pesquisa, compreende-se como fundamental apresentar o perfil dos sujeitos da pesquisa para que seja possível visualizar suas particularidades, diferenças e semelhanças no que tange ao exercício profissional. Sendo assim, optou-se por trazer

um quadro onde se ressalta o que na opinião desta pesquisadora é relevante no que diz respeito aos assistentes sociais pesquisados.

QUADRO 1 – PERFIL DOS SUJEITOS PESQUISADOS

| Profissional | Instituição em que se formou | Ano de Formação Profissional | Área de atuação | Tempo de trabalho nesta área | Governamental/não governamental |
|-------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|--|
| Profissional AS1 | Unioeste/ Toledo | 1995 | Assistência Social | 2 anos | Governamental/esfera Municipal |
| Profissional AS2 | Unioeste/Toledo | 2001 | Assistencial/Educacional | 7 anos | Não - governamental |
| Profissional AS3 | Unioeste/Toledo | 2007 | Empresarial | 6 meses | Não - governamental |
| Profissional AS4 | PUC/Curitiba | 1982 | Docência | 21 anos | Governamental/e esfera Estadual |

Fonte: Dados obtidos através do questionário enviado aos profissionais.

Como é possível observar através do quadro (1) um acima, os profissionais pesquisados apresentam considerável diferencial quanto ao ano de formação e ao tempo de atuação nas determinadas áreas. A formação profissional dos sujeitos da pesquisa AS1, e AS4 diferentemente do AS2 e AS3 foi durante o período que ainda vigoravam as Diretrizes Curriculares antigas no Curso de Serviço Social, ou seja, anterior a de 1996. Quanto ao tempo de atuação nas respectivas áreas a variável é de (6) seis meses a (21) vinte e um anos de exercício profissional, mas como se pode ver, com relação à instituição formadora, com exceção do AS4, os demais sujeitos formaram-se na Universidade Estadual do Paraná-Unioeste. Entretanto, entende-se que, as diferenças e semelhanças nos perfis dos sujeitos pesquisados só virão a contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

Também é importante ressaltar que considerou-se necessário nesta análise, realizar uma fundamentação teórica sobre as práticas sócio-educativas utilizando-se das reflexões de alguns autores no âmbito do Serviço Social, como forma de integrar os sujeitos com seus depoimentos.

3.5 AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS SEUS ESPAÇOS OCUPACIONAIS

De acordo com Yazbeck (2000), “[...] o Serviço Social como profissão, insere-se, desde a sua emergência, no interior dos equipamentos sócio-assistenciais existentes, desenvolvendo uma ação sócio-educativa junto às classes subalternas [...]” (YASBECK, 2000, p. 95). O conjunto desta ação conforme assinala a autora, se expressa em programas e práticas institucionalizadas, projetos, distribuição de recursos materiais, realização de triagens, orientação e esclarecimento a população com relação aos seus direitos, benefícios disponíveis, serviços institucionais e destacando no caso específico desta pesquisa, acrescenta-se a Docência nos cursos de Serviço Social. Sendo assim, entende-se que não é possível situar a prática do assistente social desvinculada das instituições quer públicas ou privadas, pois estas, segundo análises de Nicolau (2001), engajam os meios e instrumentos que viabilizam as ações destes profissionais.

Estas considerações acima expostas podem ser visualizadas a partir das declarações dos profissionais sujeitos da presente pesquisa quando descrevem suas ações desenvolvidas nos diferentes espaços ocupacionais,

Minhas funções estão ligadas à organização, planejamento e execução de ações junto aos usuários. Com relação a projetos e programas, reestruturamos o PAIF-Programa de Atenção Integral às Famílias. Buscamos focalizar as atividades diante das novas diretrizes do SUAS, numa ação sócio-educativa. Projetos que tenham o público alvo famílias do programa Bolsa Família, projetos que envolvam beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, projetos de atenção a beneficiários dos programas municipais [...] estes todos com encontros mensais e definições de temas que venham ao encontro dos mesmos [...] (AS1).

Minhas atividades nesta instituição estão ligadas à coordenação de projetos e programas como: (POA) Programa Ocupacional Alternativo que atende crianças e adolescentes de 06 a 16 anos em contra-turno escolar, onde são desenvolvidas diversas atividades como: aula de música, teatro, dança esportes, recreação, violão, teclado, espanhol, informática artesanato, acompanhamento escolar, discussão de temas de interesse referentes à infância, adolescência e outros. (PAP) Programa de Apoio aos Pais, que através de reuniões mensais discute temas relacionados à saúde do homem, saúde da mulher, educação dos filhos, ECA, Direitos sociais e outros. Programa da Terceira Idade, que com encontros semanais e mensais desenvolve atividades recreativas, passeios, orientações diversas, palestras sobre saúde do idoso, Estatuto do Idoso e outros. Todos são programas que envolvem a interdisciplinaridade. Além disto, faço visitas domiciliares, com intuito de aproximar-me da realidade do usuário, a fim de investigar, conhecer, para isso utilizando-se da observação, entrevista, relato oral, história de vida,

[...] *atendimento individual, encaminhamentos, relatório, reunião, observação participante e pesquisa (AS2).*

A descrição do profissional AS1 sobre suas atividades profissionais dá ênfase as colocações de Abreu (2002), quando esta se refere à participação do assistente social nos processos tanto de seleção quanto de acompanhamento dos usuários de benefícios, (destacando o BPC) como uma reatualização da tradicional função pedagógica da prática profissional do assistente social. Isto acontece, segundo a autora, na medida em que este profissional é solicitado a desempenhar uma ação sócio-educativa junto aos usuários adequando-os aos novos padrões de atendimento a partir de diretrizes postas, como no caso, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O profissional AS2, ao descrever suas atividades em seu campo de trabalho, demonstra que neste espaço institucional desenvolve atividades com diferentes faixas etárias que vão desde crianças até o idoso. Percebe-se também que as ações sócio-educativas estão presentes em todas estas atividades e que para isto o profissional AS2 faz uso dos variados tipos de instrumentais os quais são típicos do Serviço Social. Entende-se que são os instrumentais que viabilizam as ações sócio-educativas dos assistentes sociais, à medida que lhes possibilita conhecer a realidade do usuário para conseqüentemente inferir nela através de encaminhamentos reuniões e orientações tanto individuais quanto coletivas.

Com relação às atividades desenvolvidas pelo sujeito da pesquisa AS3, destaca-se,

Gestação Segura: onde atuamos juntamente com equipe multidisciplinar (enfermeiro, médico, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e assistente social) levando informações às gestantes da empresa sobre direitos e deveres da gestante enquanto trabalhadora, [...] **Família+Planejamento=Qualidade de vida:** que leva informações sobre a importância de um orçamento familiar para se garantir qualidade de vida. Damos dicas de como construir um orçamento familiar eficaz que vai garantir todo o necessário para a família sem comprometer a renda mensal [...] **Menor Aprendiz:** o Serviço Social é responsável pelo recrutamento dos menores que trabalham na empresa, assim como pelo seu desempenho nas atividades que desenvolvem na empresa, no colégio SESI e no curso de Auxiliar Administrativo e Produção Industrial no SENAI. **Centro Municipal de Educação Infantil Jenny Donaduzzi-CMEI:** A creche foi construída em parceria com a Fiasul e Prefeitura Municipal. Ao Serviço Social cabe a supervisão e acompanhamento das crianças que são filhos de **colaboradores** da empresa assim como da comunidade. **Prati Comunidade:** este projeto é realizado em parceria com a Pastoral da Criança do Jardim Coopagro e

atende a comunidade do Fachini, Coopagro e BNH Tocantins. Atende cerca de 150 mulheres que freqüentam a pastoral através de palestras mensalmente sobre saúde e qualidade de vida. Vale ressaltar que os temas das palestras foram levantados pelas próprias mulheres, de acordo com a necessidade e realidade da comunidade. (AS3).

A partir das descrições acima, percebe-se que as ações do Serviço Social em empresas não se restringem ao interior das fábricas, mas se estendem as comunidades que estão próximas às mesmas, enfocando questões como saúde educação e assistência. De acordo com Kameyama, (2000) *Apud* Abreu (2002), estas ações das empresas constituem-se em estratégias que visam maior retorno e publicidade aos acionistas e sobretudo, respondem as necessidades do capital no que diz respeito à produção e reprodução da força de trabalho. A contratação dos assistentes sociais nestes espaços de trabalho encontra-se diretamente ligada a função sócio-educativa que este profissional desempenha e que afeta diretamente e indiretamente o desempenho produtivo do trabalhador. Sendo assim, conforme assinala Abreu (2002), aos assistentes sociais no âmbito das empresas, são atribuídas tanto as funções tradicionais ao Serviço Social, como visitas domiciliares, aconselhamento e outras como inovações profissionais destacando-se principalmente os denominados “programas participativos” que englobam ações voltadas a “qualidade de vida”.

Outro campo de atuação dos assistentes sociais que se destaca na presente pesquisa é o da Docência em Cursos de Serviço Social que de acordo com o Artigo 5º Inciso V da Lei⁴³ de Regulamentação da Profissão, é uma das atribuições do assistente social. Entende-se que a docência por si só é uma ação sócio-educativa à medida que o docente através do partilhar conhecimentos com seus alunos infere diretamente no modo de ver e de pensar dos mesmos. Entretanto, Conforme a descrição abaixo, que responde a questão sobre quais atividades desenvolve em seu exercício profissional, é possível perceber que as ações deste profissional não se restringem à sala de aula,

De docência: atividades de ensino, pesquisa, extensão e em ações administrativas, dentre elas, participação em comissões, colegiados,

⁴³LEI Nº. 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. O Artigo 5º trata das atribuições privativas do Serviço Social, e dentre elas destaca-se “assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, disciplinas e funções próprias e adquiridas em curso de formação regular”. (COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES 2006)

coordenações de projetos e programas, dentre outras, como a coordenação da Pós-Graduação (AS4).

Os Projetos de Extensão desenvolvidos pelos Docentes de Universidades, tem como principal objetivo, devolver a comunidade local ou não, o conhecimento que se produz dentro da Universidade. Portanto, em sua maioria tais projetos são sócio-educativos, muitas vezes desenvolvidos em escolas com crianças e adolescentes abordando variados temas como se pode confirmar na descrição abaixo,

[...] Na extensão trabalhamos com grupos de adolescentes, e equipe interdisciplinar (acadêmicos e profissionais de áreas formativas diversas). Todos com os seus saberes [...] (AS4).

3.5.1 Avaliação dos sujeitos da pesquisa quanto aos resultados alcançados a partir de suas ações

Ao refletir a respeito das atividades sócio-educativas desenvolvidas pelos profissionais assistentes sociais do município de Toledo, considera-se como parte importante desta pesquisa, a investigação a respeito de como estes profissionais avaliam os resultados de suas ações, e se estes correspondem aos seus objetivos como profissional. Diante de tal questionamento as respostas foram variadas como se pode observar nas citações abaixo

Tenho em mente que as ações do serviço social são de médio e longo alcance, porém todas as ações profissionais têm o objetivo da promoção social do usuário, e isto acontece após longo acompanhamento ao usuário e/ou família, e quanto se elas respondem aos objetivos, penso que sim, mas temos que ter muito cuidado em “colocar” nossos anseios e perspectivas pessoais ao realizar um acompanhamento (AS1).

Em parte sim, os objetivos propostos demandam de mais tempo, no entanto dado ao acúmulo de atividades, por exemplo, ao buscar a realização de um curso de qualificação profissional para os usuários, buscar parcerias para pagamento de instrutor, tendo em vista que os recursos públicos não possibilitam pagamento de pessoal, verificar material necessário para o curso, preparar o ambiente/sala de aula, acompanhar os alunos que se inscrevem no curso (AS2).

As colocações acima demonstram que a avaliação que estes profissionais fazem dos resultados alcançados através de suas ações, corresponde parcialmente aos seus objetivos, pois ambos destacam os limitadores que dificultam a concretização dos mesmos. O sujeito da pesquisa AS1 aponta, inclusive utilizando-se das aspas, para a necessidade de o profissional assistente social ter cuidado ao colocar anseios e perspectivas pessoais no decorrer do exercício profissional. Já o profissional AS2 focou sua resposta nas dificuldades encontradas em administrar o tempo para alcançar os objetivos propostos. Com relação às declarações do profissional AS2, é importante considerar as colocações de Nicolau (2001), quando afirma que, os processos de trabalho das instituições não governamentais são muito fragmentados, em grande medida devido às relações que estas precisam manter com instancias diversas a fim de viabilizarem seus objetivos quanto a projetos e programas. Os recursos para o funcionamento das instituições não governamentais, advêm de diferentes organismos que, em sua grande maioria impõem as normas sobre como cada projeto deve estar ajustado. Sendo assim, cabe ao assistente social, dentre tantas outras tarefas a ele atribuídas, adequar suas ações na instituição as exigências de tais organismos, restando assim, a este profissional pouco tempo para desenvolver suas atividades de acordo com os objetivos a que se propõe.

Com relação à mesma questão levantada destacam-se ainda as colocações do profissional AS3 e AS4

Os resultados alcançados são positivos, ainda não conseguimos atingir 100% do nosso público alvo, mas temos um retorno extremamente satisfatório. Com certeza os resultados alcançados respondem aos meus objetivos enquanto profissional o que não significa se acomodar, mas sim buscar sempre mais e o melhor para o nosso usuário (AS3).

Muito positiva. As ações são geralmente planejadas, pois dependem de trâmites internos e de decisões colegiadas. Trazem a possibilidade da criação alternativa frente às condições institucionais, demandas formativas e sociais, de novas oportunidades de projetos e programas tanto no ensino, na pesquisa e na Extensão (AS4).

Quando declara que ainda não se conseguiu atingir “100% do público alvo”, compreende-se que o profissional AS3 refere-se tanto aos trabalhadores da empresa quanto às

comunidades locais, haja vista, conforme descrito pelo mesmo anteriormente, cabe ao Serviço Social neste espaço profissional, coordenar variados programas e projetos que abranjam também as comunidades próximas à empresa. Ainda com base na fala deste profissional, quando se refere a “nosso público alvo” entende-se que suas ações estão de acordo tanto com os objetivos da instituição, como com os objetivos pessoais/profissionais, à medida que salienta que o retorno do “público alvo” é satisfatório e este entendimento é reforçado também pela sua fala anterior, quando se refere aos trabalhadores como “colaboradores” utilizando-se de um termo próprio da área empresarial.

Com relação à declaração do profissional AS4, entende-se que a avaliação positiva dos resultados alcançados a partir de suas ações, está diretamente ligada a possibilidade de discussão e criação de alternativas junto ao colegiado frente às condições institucionais e a oportunidade que este profissional tem de estender seus saberes tanto no Ensino e pesquisa quanto através de Projetos de Extensão.

3.5.2 A compreensão de autonomia profissional dos sujeitos da pesquisa

O Serviço Social no Brasil, conforme destacam Iamamoto;Carvalho (2005), embora seja uma profissão regulamentada como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais, ou seja, as profissões ditas *autônomas* que podem ser exercidas dispondo de condições materiais e técnicas que independem de controle institucional.

A autora ainda destaca que o Serviço Social dispõe de alguns traços que marcam uma prática liberal, citando como exemplo, o Código de Ética⁴⁴ e o caráter não rotineiro da intervenção que viabiliza aos assistentes sociais “certa” margem de liberdade no exercício de suas funções institucionais. Portanto, a questão a seguir apresentada aos sujeitos da pesquisa tem o objetivo de perceber qual a concepção de autonomia que estes profissionais apresentam. Parte-se do entendimento de que, ter a concepção de que desfruta de maior ou menor liberdade no espaço de trabalho, é de extrema importância para que na busca da mesma, estes profissionais possam direcionar as suas práticas, sócio-educativas ou não, em uma perspectiva emancipadora das classes trabalhadoras.

⁴⁴No Código de ética Profissional do Assistente Social, no Artigo 2º alínea h, está disposto que o assistente social tem o direito à ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo este profissional, obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargo ou função.

Com relação à questão da autonomia em seus espaços institucionais as repostas dos profissionais foram as seguintes,

Neste trabalho que exerço desfruto de certa autonomia, uma vez que, estabeleço os instrumentais necessários diante da realidade apresentada no determinado acompanhamento (AS1).

A autonomia existe sim, no entanto, a dificuldade financeira limita as ações (AS2).

Sim. Sempre discutimos as decisões a serem tomadas, tendo a liberdade de dar opinião com relação às ações que são implantadas (AS3).

Sim, e envolve consciência. Na docência, a relação com os usuários envolve o compromisso do ensino da formação profissional em princípios pautados nos direitos humanos, nas diretrizes do PPP, em princípios éticos do SS, em referenciais teóricos de conhecimentos específicos e plurais, em princípios pedagógicos éticos e críticos da aprendizagem, dentre outros defendidos pela categoria e institucionalmente. Respondemos pela autonomia dos nossos atos e a defendemos em princípios éticos e da convivência coletiva com os usuários e equipes técnicas, envolvidas direta ou indiretamente com a nossa prática profissional. [...] Na extensão trabalhamos com grupos de adolescentes, e equipe interdisciplinar (acadêmicos e profissionais de áreas formativas diversas). Todos com os seus saberes, defendendo ações autônomas, porém todos comprometidos com a efetivação de objetivos comuns do projeto e de expectativas dos jovens, rompendo-se diferenças, fronteiras, saberes unitários e práticas isoladas (AS4).

As declarações explicitadas acima demonstram que para o profissional AS1, a autonomia está relacionada à liberdade em escolher seus instrumentais nas diferentes realidades que se apresentam. O profissional AS2 assinala que desfruta de autonomia, porém, entende que esta é limitada pela falta de recursos financeiros. Para o profissional AS3 a autonomia profissional está relacionada com a liberdade em dar opiniões com relação às ações a serem desenvolvidas em seu espaço de trabalho. O profissional AS4 entende que em seu espaço de trabalho desfruta de autonomia profissional ressaltando que, esta, envolve consciência, e na relação com os usuários envolve compromisso. Para este profissional conforme é possível apreender a partir de sua descrição, a autonomia está amplamente vinculada à possibilidade de

pautar suas ações nos Princípios do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social bem como em seus Princípios Éticos.

3.5.3 A concepção dos sujeitos da pesquisa a respeito da dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais

Ao longo deste trabalho procuro-se trazer a reflexão a respeito da função sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais, que segundo Cardoso e Maciel (2000) é a primeira e essencial dos referidos profissionais e tem uma relação orgânica com a função de mobilização social das classes trabalhadoras. Segundo as autoras, estas ações são concretizadas nos diferentes espaços de inserção destes profissionais e respondem tanto às demandas já consolidadas quanto e as que vão emergindo no processo das transformações contemporâneas. Sendo assim, colocou-se como uma das questões norteadoras desta pesquisa, se os profissionais assistentes sociais do município de Toledo, entendem que na prática dos mesmos existe uma dimensão sócio-educativa. Quanto a esta questão as respostas foram as seguintes,

Com certeza, pois ao se discutir os direitos e deveres dos usuários, ou abordar temas diversos em palestras ou grupos de discussão, o profissional está ampliando o universo informacional do usuário o que mudará a forma dele ver o mundo e de interagir com o mesmo, de fazer valer seus direitos, de participar, de posicionar-se, de opinar-se de se fazer ouvido (AS2).

Sim, a prática profissional passa a ter efeitos no modo de pensar e agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática, implicando a produção e reprodução das relações sociais e controle social. Implica como atividade humana na transformação da natureza e da sociedade, de modos de produção da existência humana vigente em determinada etapa histórica. A prática é uma ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais, como nos desafia a pensar Marilda Villela Yamamoto, sobre a natureza qualitativa da atividade profissional do SS (AS4).

Através da falas dos profissionais AS2 e AS4, percebe-se que os mesmos têm bastante convicção quanto à dimensão sócio-educativa na prática profissional do assistente, social, o profissional AS2 inclusive ressalta que esta, através de palestras, grupos de discussão sobre direitos e deveres, influi no modo de ver e agir dos usuários, possibilitando-lhes, conforme descreve, fazerem valer seus direitos, posicionarem-se e se fazerem ouvidos. Por sua vez, o

profissional AS4 também assinala que a prática “é uma ação orientada a um fim” que visa responder às necessidades sociais.

Ainda com relação à mesma questão, os profissionais AS1 e AS3 responderam,

Sempre estabeleci em minha prática a dimensão sócio-educativa, pois acredito esta, se propõe de forma mais próxima ao usuário, trazer até os mesmos temas pertinentes a sua realidade, acreditarem que são capazes de superar a dificuldade e/ou realidade vivenciada. (AS1)

Sim, pois interage a teoria com a prática revelando o compromisso com a realidade social. O Assistente Social trabalha com a informação, por isso a importância de saber interpretar a informação e não apenas reproduzi - lá. (AS3)

Como se observa a partir das colocações acima, o sujeito da pesquisa AS1 entende que existe uma dimensão sócio-educativa na prática profissional do assistente social e que através desta, é possível aproximar-se mais dos usuários e através de “temas pertinentes a sua realidade” fazerem com que acreditem que “são capazes de superar a dificuldade e/ou realidade vivenciada”. Partindo das colocações do profissional AS3, percebe-se que este associa a prática sócio-educativa dos assistentes sociais com a transmissão de informações, destacando a necessidade de que os mesmos saibam interpretá-las e não apenas reproduzi-las.

Cabe aqui ressaltar de acordo com Pinto (1993) que as práticas sócio-educativas tanto podem estar orientadas para a reprodução/conservação da sociedade quanto para a mudança desta, dependendo da concepção política dos agentes desta prática.

3.5.4 Limites e possibilidades do exercício da prática sócio-educativa comprometida com os usuários

Para Abreu (2002) existe a possibilidade concreta de que a função pedagógica da prática (sócio-educativa) do assistente social possa ser redimensionada num sentido emancipatório, “[...] no contexto da prestação de serviços e benefícios sociais, mediante construções de estratégias de efetivação de direitos, a partir da incorporação das necessidades dos usuários como parte da dinâmica dos serviços institucionais [...]” (ABREU, 2002, p. 197).

Esta possibilidade conforme assinala a autora, pode se dar tanto no âmbito das instituições públicas estatais, quanto privadas filantrópicas, mediante a participação dos profissionais assistentes sociais, na gestão destes serviços, politizando as problemáticas e as relações dos usuários com as instituições.

Sendo assim, colocou-se para os profissionais participantes da pesquisa, quais, na opinião dos mesmos, são os elementos que possibilitam ou impossibilitam ao assistente social desenvolver uma prática sócio-educativa comprometida com os interesses dos usuários.

Diante desta questão, obteve-se as seguintes respostas,

Elementos que possibilitam: temas que venham de encontro à realidade vivenciada; estabelece um trabalho em grupo, torna-se mais rico;
Elementos que dificultam: o aspecto do atendimento individual e a pouca participação e envolvimento de toda família. (AS1)

A falta de autonomia profissional que leva a simples reprodução do modelo dominante e a perpetuação da desigualdade e pobreza, assim como a falta de comprometimento com os nossos usuários, demonstrada através de ações imediatistas e que não possibilitam a emancipação do indivíduo (AS3)

Nas colocações do profissional AS1, são evidenciados como elementos que possibilitam o desenvolvimento da prática sócio-educativa comprometida com os interesses dos usuários, a discussão com os mesmos de temas que venham de encontro a realidade por eles vivenciada e como elementos dificultadores o mesmo profissional destaca, o “aspecto do atendimento individual” e a pouca participação e envolvimento de toda a família atendida no espaço institucional.

O profissional AS3 compreende a falta de autonomia profissional, como o principal dificultador do desenvolvimento de uma prática sócio-educativa comprometida com os usuários, entretanto, não esclarece conforme foi solicitado na questão da pesquisa, quais os elementos que possibilitam a prática sócio-educativa comprometida com os interesses dos usuários.

Ressalta-se que a esta mesma questão, o profissional AS2 não respondeu justificando-se de que não dispôs de tempo para tal, entretanto, destaca-se que os questionários da pesquisa foram enviados aos sujeitos participantes da mesma, com bastante antecedência.

O profissional AS4 respondeu da seguinte forma a questão apresentada,

Necessitamos do debate e da clareza que cerca as particularidades do trabalho do assistente social. Sobretudo das teses que fundamentaram e sustentaram teórico-metodologicamente a profissionalização do Serviço Social, de suas raízes na história do País, dos propósitos e potenciais de cada espaço ocupacional. A prática profissional deve ser criadora e não reduzida à execução de rotinas. A dimensão sócio-educativa leva-nos a pensar e repensar as mediações com as políticas públicas e suas implicações com a atividade humana. (A4)

O profissional AS4, ao mesmo tempo em que destaca o que em sua opinião são as necessidades da profissão Serviço Social no que diz respeito ao seu aprimoramento, (ressaltando que a prática deve ser criadora e não apenas executora), conduz ao entendimento de que a falta de tais elementos, constituem-se em empecilhos para a profissão. No que diz respeito à dimensão sócio-educativa, este profissional assinala que esta conduz à profissão a “pensar e repensar as mediações com as políticas públicas” no sentido de dimensionar as implicações destas com a atividade humana.

3.5.5 As práticas sócio-educativas e a emancipação dos usuários

Ao longo deste trabalho, discuti-se que a prática sócio-educativa desempenhada pelos assistentes sociais ao longo da profissão, assumiu diferentes perfis pedagógicos que em sua maioria tinham como objetivo adequar à classe trabalhadora aos padrões sociais estabelecidos pelo modo de produção capitalista. Entretanto, entendendo que a profissão muito tem avançado no que diz respeito a conceber os sujeitos sociais como sujeitos de direitos, colocou-se aos profissionais pesquisados a questão de como os mesmos, vêem a possibilidade de que as práticas sócio-educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais possam contribuir para a emancipação dos usuários. Com relação a esta questão obteve-se as seguintes respostas,

Acredito que as práticas sócio-educativas contribuem para a emancipação dos usuários a partir do momento que estas visam trazer momentos de reflexão sobre a realidade vivenciada pelo público atendido, ou seja, fazerem os mesmos refletirem sobre sua condição (AS1).

A partir do momento em que os usuários são atendidos pelo assistente social, recebendo as orientações e os encaminhamentos devidamente esclarecidos,

para onde devem se dirigir e a quem, tendo todas as informações para receber seu atendimento com o profissional que se fizer necessário, e gradativamente se emanciparem, ao compreenderem a importância das informações corretas, quanto a direitos (documentação, habitação, entre outros), necessidade de qualificação profissional, de escolarização, educação dos filhos, visando melhorar sua qualidade de vida, acessando, porque conhece como fazê-lo, resultado da prática sócio-educativa do profissional assistente social. (AS2).

No momento que ela possibilita o pensar, o conhecimento e a liberdade de realização. (AS4)

Levando informação sobre os direitos da população e de que forma lutar para alcançar esses direitos, refletindo diretamente na qualidade de vida da sociedade e garantindo um futuro sustentável. Acabando com o assistencialismo que ainda persiste na nossa profissão. (AS3)

Os profissionais AS2 AS3 e AS4, como é possível observar a partir das declarações expostas acima, entendem que a possibilidade de emancipação dos usuários através da prática sócio-educativa está relacionada com a democratização de informações relacionadas a direitos sociais, importância da qualificação profissional e da escolarização dos filhos, enfim, em possibilitar a prática do pensar. Para o profissional AS1, as práticas sócio-educativas dos assistentes sociais contribuem para a emancipação dos usuários, à medida que visam trazer aos mesmos, momentos de reflexão sobre sua realidade, ou seja, sobre sua condição.

Sendo assim, torna-se bastante relevante as reflexões de Pinto (1993) quando afirma que, tanto a produção quanto a reprodução da vida material dos seres humanos só se dá na medida em que ao mesmo tempo, “[...] tais representações são construídas e *transmitidas* socialmente, sendo a *linguagem* o meio principal mediante o qual as representações se concretizam.” (PINTO, 1993, p. 42) Grifo nosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico teve como objeto a dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais, e como objetivo específico compreender como a dimensão sócio-educativa se expressa na prática profissional dos assistentes sociais, do município de Toledo, nos diferentes espaços em que os mesmos estão inseridos.

Finalizando esta pesquisa, entende-se que esta possibilitou a apreensão de que, a dimensão sócio-educativa da prática profissional dos assistentes sociais no município de Toledo permeia quase que a totalidade das atividades desenvolvidas por estes profissionais de forma contínua e permanente, independentemente de suas áreas de atuação e se expressam através de diferentes ações educativas que quase na sua totalidade enfocam temas como: saúde, trabalho, educação, direitos sociais, e em sua grande maioria giram em torno da dinâmica familiar, tanto através de orientações individuais quanto coletivas. Entre os instrumentais mais utilizados no desenvolvimento das ações sócio-educativas por estes profissionais, podem-se destacar, a palestra, a reunião, a entrevista e a visita domiciliar.

Frente a estas constatações, considera-se o disposto no Código de Ética Profissional dos assistentes sociais, no Artigo 5º quando trata das relações deste profissional com os usuários, onde se evidenciam as orientações a respeito do compromisso que o assistente social deve ter, com a democratização de informações que viabilizem aos usuários a efetiva participação destes, nas decisões institucionais. Tais orientações apontam para o dever do comprometimento Ético do assistente social com as demandas da classe trabalhadora.

No entanto, a presente pesquisa constatou também que, além do reconhecimento da dimensão sócio-educativa da profissão por parte dos sujeitos pesquisados, evidenciam-se, na concepção dos mesmos a este respeito, diferentes perfis pedagógicos com relação à prática sócio-educativa. Percebeu-se que, tanto o perfil pedagógico da “ajuda”, quanto o perfil pedagógico da “participação”, aparecem reatualizados nos discursos dos profissionais assistentes sociais pesquisados. Tais percepções se deram, tanto a partir das descrições das atividades desenvolvidas por estes profissionais – que conforme é possível perceber, em alguns espaços atendem em maior medida aos interesses institucionais, onde os usuários são “motivados” a “participação” para o desenvolvimento pessoal e institucional - quanto a partir de alguns conceitos psicologizantes apresentados pelos sujeitos da pesquisa que, compreendem que a emancipação dos usuários pode

ser possibilitada a partir de ações sócio-educativas que conduzam o indivíduo a reflexão sobre sua condição subalternizada como forma de fazer os mesmos superarem a realidade vivenciada. Compreende-se que as orientações tanto individuais quanto coletivas devem não apenas levar o usuário a refletir sobre sua realidade social, como também, capacitá-lo a reivindicar, questionar e fazer escolhas a partir de seus interesses e necessidades.

Contudo, também foi possível a apreensão de que no discurso de alguns sujeitos da pesquisa, transparece o perfil pedagógico da “emancipação das classes”, levando-se em conta a constante referência da importância das informações a respeito dos direitos sociais dos usuários, como principal função das ações sócio-educativas. Ressalta-se, porém, que esta ação educativa deve ultrapassar o mero caráter informacional e centrar-se no levantamento de questões que desenvolvam nos usuários a “consciência” das contradições, possibilitando-lhes o pensamento crítico. Estas colocações respaldam-se na observação de que nenhum dos profissionais pesquisados - ao referirem-se as possibilidades do desenvolvimento de uma prática educativa comprometida com os interesses dos usuários – levantou a questão do fortalecimento político das classes subalternas como forma de possibilitar-lhes a emancipação.

Entretanto, tem-se o entendimento de que, mesmo o profissional assistente social tendo a compreensão dos sujeitos sociais enquanto sujeitos de direitos, não se pode deixar de levar em conta que, o Serviço Social como profissão, emerge como resposta as demandas postas a partir da relação capital/trabalho, portanto, este profissional é solicitado a intervir nas relações antagônicas e contraditórias postas pelo Modo de Produção Capitalista, sendo ele mesmo um trabalhador subordinado aos seus diferentes órgãos empregadores.

Cabe também destacar, conforme assinalam Cardoso e Maciel (2000), que no quadro das transformações pelas quais passa a sociedade brasileira nas últimas décadas, ou seja, de transformações institucionais respaldadas pela política neoliberal, o desempenho da função de mobilizador social do assistente social é profundamente tencionado no sentido de este, revitalizar o princípio de mercado. Assim, considera-se que estas colocações são extremamente relevantes haja vista, a presente pesquisa, ter apontado para a compreensão de que, a direção que o Serviço Social imprime as suas ações *sócio-educativas* tem se pautado ora por via de processos coercivos, e disciplinadores, ora numa perspectiva emancipatória que tem como base o novo projeto ético-político-profissional.

Sendo assim, destaca-se que ao profissional assistente social é posto um amplo desafio no sentido da apropriação das ações sócio-educativas não como um fim em si mesmo, centradas apenas no repasse de informações - como se isso por si só garantisse o acesso a direitos e emancipasse o usuário – mas que estas ações sócio-educativas tenham um caráter coletivo e politizante que contribua para o rompimento da alienação e subalternização as quais estão expostas a classe trabalhadora.

Considerando o proposto nesta pesquisa entende-se que esta contemplou aos objetivos propostos no início, pois respondeu a questão problema bem como as questões norteadoras. Contudo, tem-se a compreensão de que o tema ora discutido, não se esgota com a presente monografia, mas, abrem-se novas questões que poderão ser fruto de futuras discussões como, por exemplo: a prática sócio-educativa dos assistentes sociais do município de Toledo responde mais aos interesses do capital ou do trabalho? É claro que para se responder a esta questão, bem como a outras que possam surgir, será necessário o uso de técnicas de pesquisa como, por exemplo, à observação, que possa fornecer maiores subsídios ao pesquisador, que ele possa acompanhar de perto a prática de alguns profissionais assistentes sociais, contribuindo assim, para que esta reflexão não se esgote no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo, Cortez, 2002.

AMAMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de comunidade no Brasil.** São Paulo, Cortez, 1997.

AZEVEDO, Paulo Roberto; COLOGNESE, Dr. Sílvio Antônio. **A Conquista do Oeste: uma trajetória de exclusão no Oeste do Paraná.** In Seminário Sobre Mix de Métodos, na Universidade do Texas, 2005; ST16 – Metrôpoles: segmentação, sociabilidade e cidadania, no XXVIII Encontro Anual da Anpocs, 2004.

BERHRING, Elaina Rossetti e Boschetti Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** v 2, São Paulo, Cortez, 2006.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrano. In: **Dicionário de política.** Tradução Carmem C. Varriale. São Paulo, Universidade de Brasília, 2000. p. 980-981

BOTTOMORE, Tom. In: **Dicionário do Pensamento Marxista.** Tradução Waltensin Dutra. Zahar Rio de Janeiro 1988. p, 55

BRAGAGNOLLO, Oscar silva; MACIEL, Clori Fernandes. **Toledo e sua história.** 1º ed. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

CHAVES, Patrícia Ortigozza. **Os serviços socioassistenciais de proteção social básica direcionados ao idoso no Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda do município de Toledo-Pr.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste- 2007.

CORREIA Maria Valéria da Costa. O Estado em Marx. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, 77,** ano XXV, São Paulo: Cortez, mar 2004.

COSTA, Gimaísa Macedo. Aproximação ao Serviço Social como Complexo Ideológico. In: **Revista Temporalis 2.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano I, BRASÍLIA: ABEPSS, 2000.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Código de ética profissional. *In: Coletânea de Leis e resoluções*. 4 ed. Rio de Janeiro, 2006.

DADOS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO. Disponível em: www.Ipardes.gov.br. Acesso em: 27 Set/2008

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 5º ed. São Paulo: Cortez, fev. 2000a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3º ed. São Paulo: Cortez, abr.2000b.

IAMAMOTO Marilda Villela; CARVALHO Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JOHSON, Allon G. *In: Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Zahar, 1997. p. 200

LESSA, Sergio. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 02: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: UnB, 2000, p. 19-33

LUQUETA, Noeli Mekellrug; LAGMANN, Tânia Maria Iakovacz. **Conhecendo Toledo: geografia e história**. Secretaria Municipal de Educação, Toledo PR 2004.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância. Brasília: UnB, 2000, p. 137-149

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos, relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NICOLAU, Maria Cecília Correia. **O Aprender Fazer (as Representações Sociais de Assistentes Sociais Sobre o Seu Saber-fazer Profissional): A Dimensão Educativa do Trabalho**. In: **Revista Temporalis 4**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília: ABEPSS, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In: **Revista Temporalis 3**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2. Brasília: ABEPSS Jan/Jul 2001

NETTO, José Paulo. **Estado e políticas sociais**. Brasil – Paraná/ Organização de Francis Mary Guimarães, Maria Lucia Frizon Rizzotto. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 1992 São Paulo, Cortez, 1992.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. **Toledo No Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização seu progresso**. 2º ed. Toledo. Tolegraf Impressos Gráficos Ltda, 2004.

PINTO, João Bosco. **Buscando uma Metodologia de Pesquisa para o Serviço Social: reflexões de um professor de pesquisa à margem dos paradigmas**. In: **Associação Brasileira de Serviço Social**. Produção Científica e Formação Profissional. ABESS 6, São Paulo, Cortez 1993

POTYARA. A. **Pereira**. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. In: **Revista Temporalis 7**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano IV Brasília: ABEPSS, 2003.

SETÚBAL Aglair Alencar. Alguns aspectos da história do Serviço Social no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, 12, ano IV, São Paulo: Cortez, Ago. 1983.

YASBECK Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 2: Reprodução social, trabalho Serviço Social**. Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distancia. Brasília: UnB, 2000, p.87-99

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - Questionário de pesquisa de campo enviado aos sujeitos da pesquisa

Questionário da Pesquisa de Campo enviado aos sujeitos da pesquisa

Toledo, Dia -----/-----/-----

- 1. Há quanto tempo você trabalha como assistente social neste campo?**
- 2. Onde e em que ano você se formou como assistente social?**
- 3. Quais são as funções que você desenvolve no seu trabalho e quais os instrumentais que você mais utiliza? Detalhe as ações exercidas diretamente com os usuários.**
- 4. Qual a avaliação que você faz dos resultados alcançados a partir de suas ações profissionais? Eles respondem aos objetivos os quais você se propõe como profissional?**
- 5. Você considera que neste trabalho desfruta de certa autonomia com relação às suas ações ?**
- 6. . Você entende que na prática profissional do assistente social existe uma dimensão sócio-educativa? Por quê?**

Se você respondeu positivamente a questão seis (6) responda as seguintes questões:

- 7. Em sua opinião quais os elementos que possibilitam e/ou impossibilitam ao assistente social exercer de forma comprometida com o usuário, a dimensão sócio-educativa em suas práticas profissionais?**
- 8. Em sua concepção, de que forma é possível que as práticas sócio-educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais contribuam para a emancipação dos usuários?**

